



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 749 - DE 30 DE SETEMBRO A 11 DE OUTUBRO DE 2025 - R\$ 5,00



Dois anos da intervenção militar do Estado sionista na Faixa de Gaza

Os Estados Unidos ocupam o centro da decomposição do capitalismo e dos conflitos mundiais



A política mundial do proletariado se concentra na luta anti-imperialista, baseada no programa da revolução social

É urgente interromper o genocídio do povo palestino e pôr fim à guerra na Ucrânia!

Somente a classe operária, unida, em luta e à frente da maioria nacional oprimida pode erguer as barricadas anti-imperialistas e anticapitalistas!

Trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

O Partido Operário Revolucionário publica a Revista Proletária da Educação, nº 13 - Em defesa de um sistema único de ensino, público, voltado à produção social



Sobre o reconhecimento do Estado palestino

Por uma República Socialista da Palestina

O pronunciamento de Macron na Assembleia da ONU exortando um acordo de paz na Faixa de Gaza e pedindo o reconhecimento do Estado palestino teve uma grande repercussão. A França expressou a voz de países europeus como o Reino Unido e Espanha, bem como a do Canadá, da Noruega. A imensa maioria dos estados-membros está pelo fim do massacre perpetrado pelo Estado de Israel contra os palestinos.

De fato, os Estados Unidos e Israel são as forças que sustentam o objetivo de anexar a Faixa de Gaza. O imperialismo norte-americano dá as ordens ao governo israelense. No Conselho de Segurança da ONU, somente os Estados Unidos estão franca e abertamente pela continuidade da invasão e posse territorial. Está claríssimo que são o pilar central da ofensiva contra o povo palestino, do expansionismo e do genocídio.

Diante desse acontecimento extremo, depois de tantos conflitos que sempre levaram a massacres dos palestinos, desde antes da criação do Estado de Israel em 1948, não há como ocultar que a burguesia sionista criou um enclave do imperialismo norte-americano na Palestina e no Oriente Médio. Desde a década de 1920, sob o Mandato inglês, se impulsionou a ocupação forânea de judeus do território palestino, cujas ações políticas e militares sempre concluíram no sentido de negar os palestinos como uma nacionalidade. Embora sem ter constituído um Estado, ocupam um território como nacionalidade.

A divisão e partilha do Oriente Médio após o fim do Império Otomano, na Primeira Guerra Mundial, manteve a Palestina à mercê do imperialismo inglês, que contou com apoio do francês, aliado na substituição do poder turco-otomano. Desde a decisão da Inglaterra em 1917 de facultar ao movimento sionista a colonização da Palestina, esteve claro que tal obra somente seria construída por meio da dominação econômica e da violência policial-militar.

O atraso das forças produtivas do povo palestino, no momento em que o capitalismo se encontrava no auge de seu desenvolvimento e se havia firmado como fase última que é o imperialismo, não lhe permitiu constituir um Estado. O povo judeu, por sua vez, disperso e isolado pela diáspora histórica, não poderia alcançar um Estado na época do capitalismo imperialista em que há muito havia se esgotado o processo de formação dos Estados nacionais e a guerra imperialista se realizava pela partilha do mundo segundo as forças econômicas dominantes.

Não é preciso descrever o quanto o povo judeu sofreu no processo da diáspora, cuja síntese se encontra no Holocausto, no antisemitismo nazista. As naturais e justas aspirações do povo judeu de não se dissolver em meio ao capitalismo em decomposição não poderiam ser alcançadas pelo nacionalismo sionista, que se forjou no final do século XIX, ou seja, quando o capitalismo havia entrado na fase imperialista.

A via histórica da conservação das milenares conquistas culturais e sociais, cujas contribuições civilizatórias são de extraordinária importância, foi aberta pelo movimento socialista revolucionário. Evidentemente, estava e está na contramão dos interesses dos judeus que fazem parte da burguesia, influen-

ciam os governos capitalistas e contribuem para a conservação do imperialismo.

O quadro dantesco de demolição das cidades na Faixa de Gaza, de milhares de corpos que se acham sob os escombros, de mais de 65 mil mortos atingidos pelas bombas e pela fome, de milhares de palestinos deslocados e desalojados, de transformação do território em um campo de concentração, de conjunto, traz à tona o longo percurso de violência colonialista praticada pelo Estado sionista. É nesse terreno que foi negado ao povo palestino constituir seu Estado.

O sionistas ou pró-sionistas recorrem ao argumento de que os responsáveis são os próprios palestinos que “rejeitaram a partilha da ONU”, ou que “não aceitaram reconhecer o Estado de Israel em 1967”, ou, então, que “não aceitaram os termos do acordo de Camp David, em 2000” etc. Ocultam que Israel minou os acordos de Oslo de 1993 que previa um Estado palestino e demonstrou cabalmente que seu objetivo era o de controlar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia pelo uso da força econômica e militar.

Eis por que a declaração de Macron pelo reconhecimento do Estado palestino não passa de uma manobra verbal. O imperialismo está comprometido historicamente com os massacres do povo palestino, para criar e sustentar o Estado sionista. O representante francês apresentou para tal reconhecimento a condição de marginalizar e impedir que o Hamas faça parte de qualquer acordo. Lula fez veemente discurso pelo fim do massacre, mas o introduziu condenando o Hamas como grupo terrorista.

O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que foi impedido pelos Estados Unidos de comparecer à Assembleia da ONU, por meio de videoconferência, afirmou que a Autoridade Palestina está preparada para negociar com os Estados Unidos (Trump), França e Arábia Saudita uma via de solução em que o Hamas e outras organizações da resistência deponham as armas. Pouco depois, Trump respondeu à imprensa que não irá “permitir que Israel anexe a Cisjordânia”. A Faixa de Gaza, sim, poderá ser anexada.

Aos olhos dos explorados e oprimidos em todo o mundo, a barbárie sionista impetrada na Faixa de Gaza é rechaçada. Já não tem nenhum apelo responsabilizar o Hamas. Israel tem de parar a matança e retirar imediatamente suas forças militares da Faixa de Gaza. No transcurso da guerra de intervenção, inúmeras manifestações em vários países levantaram a bandeira do fim do genocídio e direito dos palestinos à autodeterminação.

No momento em que se realizava a Assembleia da ONU, os trabalhadores italianos protestaram com um dia de greve geral. Nos Estados Unidos, as manifestações em frente à ONU reforçaram o sentido da greve na Itália. No dia 27, cerca de cem mil manifestantes alemães protestaram em Berlim. Em Israel uma nova manifestação contra o governo de Netanyahu exigiu o fim da intervenção na Faixa de Gaza. Netanyahu discursou em um plenário esvaziado pela maioria dos países em claro repúdio ao genocídio. Trump cancelou o visto de Gustavo Petro, presidente da Colômbia, por ter participado em um ato

CONTINUA →

popular nas imediações da ONU. Está claríssimo o crescente isolamento dos Estados Unidos e de Israel.

A dimensão da crise no Oriente Médio exige um levante das massas. Não haverá nenhuma solução favorável ao povo palestino, negociada pelo imperialismo. A posição da Autoridade Palestina reflete o curso da traição gestada no próprio seio dos palestinos.

É dramática a crise de direção mundial, que vem impedindo a classe operária de se elevar como força motriz dos combates anti-imperialistas e anti-capitalistas. Mas, objetivamente,

em meio às catástrofes capitalistas emerge o programa da revolução social. É por esse norte que a vanguarda com consciência de classe deve se guiar.

A defesa da preservação do povo palestino terá muitas etapas, como as que ocorreram desde 1920 e 1948. Desta vez, cresce a compreensão de que a derrocada do colonialismo sionista e do imperialismo virá da luta estratégica pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Não haverá dois Estados na Palestina. A solução histórica se concentra na tarefa de palestinos, judeus e outras nacionalidades oprimidas conquistarem uma República Socialista da Palestina.

Rechaçar o eleitoralismo

Preparar o caminho da luta de classes

A tentativa da ultradireita bolsonarista e de parte da direita e centro-direita encasteladas no Centrão de impor a “PEC das Perogativas”, rebatizada pela oposição de “PEC da Blindagem”, fracassou ao ser rejeitada no Senado. O projeto de anistia ampla, geral e irrestrita para anular a condenação de Bolsonaro e seu grupo de golpistas se encontra atravancado. Paralelamente, as forças da direita e centro-direita, apoiadas pela presidência da República e pelo Judiciário, apresentaram a versão de uma PEC que apenas reduz os anos de prisão dos condenados (PEC da Dosimetria) e, possivelmente, cria o privilégio de Bolsonaro cumprir prisão domiciliar. Quanto aos militares de alta patente, aguarda-se o julgamento especial que será promovido pelo Superior Tribunal Militar (STM), que também poderá recorrer a privilégios. Esse é o quadro dos conflitos interburgueses que se desenvolvem no interior do Estado e que expressam a decomposição da democracia burguesa.

É nesse marco que o PT e aliados, que controlam a maior parte dos sindicatos e movimentos, apoiados por setores da burguesia, realizaram 45 manifestações massivas em 26 capitais do país. Sob as bandeiras de “Sem anistia” e “Não à PEC da Blindagem”, a maioria dos cerca de 300 mil manifestantes em todo o Brasil se perfilou por detrás da política do PT e do governismo. Na manifestação da Av. Paulista, em São Paulo, os discursos contra a anistia e a PEC estiveram alinhados à bandeira “Lula 2026”. De forma que as principais manifestações que projetaram o movimento nacional foram estritamente controladas e centralizadas para pronunciamentos que seguissem os objetivos do PT e de seus aliados.

A velha técnica de utilização de personalidades do mundo musical e a festividade deram o tom triunfal dos protestos. Correntes de esquerda minoritárias que estavam a favor do movimento democrático de luta contra a ascensão da ultradireita bolsonarista e aliados que serviram de uma forma ou de outra à fracassada tentativa de golpe, mas que não se alinhavam aos objetivos do governismo, não tiveram direito a expor suas posições.

O POR interveio com o Manifesto, cuja linha política e bandeiras se distinguiram da estratégia governista e do seguidismo dos aliados, defendendo a independência dos sindicatos e dos movimentos sociais. Considerou um importante passo constituir um movimento massivo contra as tendências oligárquicas e ditatoriais encarnadas pela ultradireita bolsonarista, que se vale da potenciação da direita e centro-direita que, em conjunto, dominam a política burguesa e controlam o Congresso Nacional putrefato.

O POR teve a clareza, porém, de rechaçar a impostura

democratizante do PT e aliados. Impostura essa voltada à utilização da questão democrática para objetivos eleitorais e defesa das instituições da burguesia em decomposição. Impostura essa que oculta a impotência em responder aos ataques do imperialismo norte-americano e a orientação política assentada na sustentação do capitalismo em crise.

A derrota do movimento burguês ditatorial depende de a classe operária tomar em suas mãos a luta democrática, como parte do programa de reivindicações próprio e da estratégia da revolução social. Esse conteúdo do Manifesto guiou a intervenção do POR em todos os Estados em que está presente. Propagandeou e defendeu a tarefa de organizar a frente única anti-imperialista desde os locais de trabalho, moradia e estudo. Respondeu ao processo de condenação dos golpistas e ao conflito decorrente das decisões do STF no seio do Estado burguês com a bandeira de organizar um Tribunal Popular para julgar os crimes da burguesia. Demonstrou que o enfrentamento aos ataques do imperialismo não se dará consequentemente por iniciativa da burguesia servil e de seu Estado controlado por forças pró-imperialistas. A frente única anti-imperialista, ao contrário, coloca para a classe operária e a maioria oprimida assumir a defesa da soberania nacional.

A crise política pode atenuar-se momentaneamente com a derrota parcial da ultradireita bolsonarista no Congresso Nacional. No entanto, a base material das contradições econômicas e sociais coloca em perspectiva o choque entre a revolução e a contrarrevolução. A concentração da política do PT e aliados em torno às eleições de 2026 dá continuidade à linha historicamente esgotada do reformismo pró-capitalista. As forças burguesas, sem exceção, necessitam desviar a revolta instintiva das massas empobrecidas e premidas pela superexploração da força de trabalho, da persistência do desemprego e subemprego e da perpetuação da miséria que atinge milhões de brasileiros. É nesse terreno que a fração ultradireitista da burguesia e francamente pró-imperialista vem retomando a iniciativa política de bloquear a luta de classes. Conta para isso com o fracasso do nacional-reformismo, hoje, mais do que ontem, em completa degeneração.

A crise mundial tende a se agravar impulsionada pela guerra comercial dirigida pelos Estados Unidos, pelas guerras em curso e pela corrida armamentista. Torna-se cada vez mais visível e premente a necessidade de superar a crise de direção, construindo o partido revolucionário e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A intervenção do POR na luta democrática contra o golpismo não se confunde em nada com a patranha democratizante-eleitoral do PT e seus consortes.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Resposta à crise política agravada com a condenação pelo STF de Bolsonaro e de seu grupo palaciano golpista

A ultradireita bolsonarista e seus aliados de direita e centro-direita agem para anular a penalidade

O Congresso Nacional funciona como a principal caixa de ressonância em favor dos golpistas

Em resposta, o PT e aliados resistem à anistia encastelados no governo Lula e no Congresso Nacional

O conflito político interburguês se dirige à disputa presidencial

A crise política tem se agravado com a intervenção do imperialismo norte-americano

A classe operária e os demais explorados estão à margem da confrontação no poder do Estado entre forças da política burguesa

As direções sindicais e dos movimentos populares comprometem a independência política dos explorados ao se perfilarem por detrás das disputas interburguesas

A derrota da ultradireita e de seus aliados antidemocráticos não virá das entranhas das instituições do Estado burguês

O jogo eleitoral prematuramente em curso é a via para manter a classe operária e demais explorados como massa de manobra das forças políticas em disputa

A luta democrática da maioria oprimida contra a direita fascistizante não se confunde com a defesa do Estado burguês, do seu regime político e do governo de plantão

A resposta da classe operária à crise política se apoia na defesa de um programa e estratégia própria de poder

Somente um Tribunal Popular constituído desde as bases operárias pode punir do ponto de vista de classe os crimes da burguesia e de seus partidos

A intervenção de Trump em defesa de Bolsonaro expôs a amplitude e profundidade da crise política no Brasil. O fundamental está em que o julgamento dos golpistas se deu nas condições de ataque do imperialismo à soberania nacional. O movimento pela anistia carrega em suas entranhas a subordinação do país aos ditames dos Estados Unidos. Os bolsonaristas e seus aliados no Congresso Nacional evidenciam até que ponto o seu patriotismo verde-amarelo abriga o servilismo ao capital norte-americano, que há dois séculos saqueia as riquezas da semicolônia brasileira.

As pressões para que Bolsonaro não sofresse punição a seus atos militaristas e antidemocráticos continuam tendo seus reflexos antinacionais na forma de reação encabeçada pelo Partido Liberal (PL), aliados do Centrão e forças religiosas. O movimento pela anistia se vale da ofensiva de Trump, que impôs o tarifaço e aplicou a prepotente Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) e restrições a autoridades do governo, como no caso do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O Congresso Nacional não só foi incapaz de reagir à altura da defesa da soberania do país diante das medidas de Trump,

como também continua servindo de instrumento de intervenção do imperialismo sob a máscara da anistia. Bolsonaro está com seus direitos políticos cassados por conspirar contra os próprios mecanismos da democracia burguesa. Foi punido pelas próprias leis da democracia burguesa. Os seus partidários, portanto, continuam seguindo o curso antidemocrático. Utilizam-se da figura da anistia para manter de pé as forças ultradireitistas, que somente não impediram Lula de tomar posse porque fracassou o golpe de Estado.

O conteúdo político da anistia é o de contestar a decisão judicial que reconheceu a existência da conspiração golpista. Trump colocou sobre o STF os signos de “caça às bruxas” e “perseguição política”. Não houve, no entanto, como os escritórios advocatícios contestarem nos fatos que no interior do Palácio do Planalto tivesse ocorrido um planejamento de ações militares para inviabilizar a posse de Lula. Bolsonaro e seu grupo palaciano dimensionaram incorretamente sua capacidade de unir as Forças Armadas, contar com o apoio de poderosos setores da burguesia e se valer do poder de mobilização de seus partidários nos estados da federação. Com o fracasso do golpe, Bolsonaro não teve como se livrar do processo,

usar o apoio de Trump e se resguardar da condenação por meio de sua influência no Congresso Nacional. Não poderá se livrar do confinamento.

A possibilidade de uma anistia “ampla e irrestrita” é quase nula. A negociação em andamento por algum tipo de bonificação aos condenados de 8 de janeiro de 2023 poderá auxiliar nos objetivos políticos dos bolsonaristas e aliados. Tudo indica que não há como o Congresso Nacional derrubar a condenação de Bolsonaro e seu núcleo de militares golpistas. Nesse terreno, a ultradireita tem de assumir a derrota jurídica e política. Eis por que, quanto a isso, o movimento pela anistia da “organização criminosa”, como classificou o STF, perde transcendência.

A dissensão entre a maioria do Congresso Nacional com o STF não se limita à crise provocada pelo golpismo. É grande a resistência da ultradireita, direita e centro-direita que controlam o Legislativo às delimitações que vêm sendo determinadas pelo STF. A relação de poder entre o Executivo e o Congresso Nacional tem sido cada vez mais atritosa desde que se constituiu a Nova República em 1985. O restabelecimento do regime democrático se deu sobre a base histórica das divisões e predomínio das oligarquias.

A instituição das emendas parlamentares elevou a oligarquização do Congresso Nacional ao seu ponto mais alto. O orçamento secreto montado desde os governos Temer e Bolsonaro nunca foi devidamente aberto e desvendado. Sua reconstituição e adaptação sob o governo Lula, não só manteve a herança do orçamento secreto como criou outras vias para a utilização particular pelos partidos e determinados grupos da oligarquia partidária das milionárias emendas parlamentares. É claro que a tentativa do STF de regulamentar seu uso em nome da “transparência” atçou as desavenças entre os poderes da República.

Na esteira da crise política, a Câmara de Deputados acaba de aprovar a denominada PEC das Prerrogativas, rebatizada pela oposição de PEC da Blindagem. Trata-se de um mecanismo de proteção aos parlamentares investigados por crimes de corrupção. São muitos que se utilizaram das emendas parlamentares para fins particulares. Segundo informações, 108 parlamentares sofrem inquéritos policiais. Chamou a atenção os doze votos dos deputados do PT em favor da PEC da Blindagem.

Com ou sem blindagem, o Congresso Nacional é constituído de camarilhas partidárias vinculadas a todo tipo de falcaturas. Sabe-se, inclusive, que aí está presente a influência do narcotráfico. Não há como modificar a natureza oligárquica dos partidos e do Congresso Nacional por meio de regulamentação judicial e investigação policial. Todas as instituições do Estado burguês se assentam no capitalismo em desintegração e na falência histórica da burguesia nacional.

É imperativo ter mais claro possível o estágio de decomposição da democracia burguesa e, portanto, dos partidos que sustentam o Estado capitalista. O choque da ultradireita e aliados com a esquerda burguesa e pequeno-burguesa em torno à anistia e à PEC da Blindagem ocorre nos marcos da putrefata democracia burguesa, e, em última instância, da disputa eleitoral de 2026.

A posição democrática da classe operária e demais explorados em relação a esse choque é a da resposta programática que corresponde à necessidade histórica da revolução social. Trata-se do objetivo revolucionário de derrubar o poder da burguesia e a dominação do imperialismo sobre o país. Um governo operário e camponês é capaz de expropriar e nacionalizar o grande capital. O fundamento dessa luta se encontra no combate ao domínio imperialista e à opressão de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida.

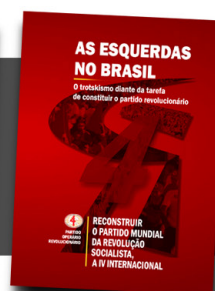
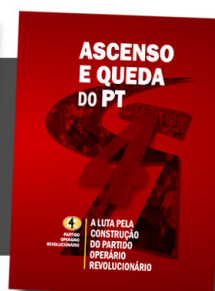
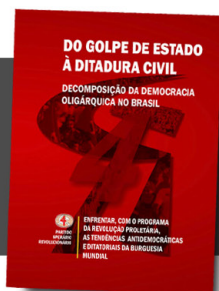
Devido ao caráter embrionário da construção do Partido Operário Revolucionário (POR), os explorados acabam se sujeitando às divisões e disputas interburguesas. Impera a política de colaboração de classes nos sindicatos, centrais e movimentos populares. Esse é o campo que vem protagonizando as bandeiras de “não à anistia” e “não à PEC da Blindagem”. Tais direções alimentam a ilusão sobre a possibilidade de reformar a democracia oligárquica e fechar passagem à ultradireita pela via das eleições. Renunciam à luta de classes e intervêm por meio da burocracia sindical no sentido de desviá-la e bloqueá-la.

As manifestações contra a anistia e a PEC da Blindagem não se propõem a levantar as massas contra a intervenção imperialista dos Estados Unidos e contra todas as medidas antinacionais e antioperárias aprovadas no Congresso Nacional e impulsionadas pelos governantes. Não se propõem a organizar uma frente única anti-imperialista desde os locais de trabalho e de moradia. Não se propõem a pôr em marcha um movimento de defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas. Não se propõem a combater pelo direito irrestrito de greve e de manifestação (nesse exato momento a greve dos metalúrgicos da Embraer sofreu intervenção policial). Não se propõem a convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisação, como ponto de partida de um movimento unitário e independente da classe operária e demais trabalhadores.

O Partido Operário Revolucionário (POR) intervém nas manifestações, que formalmente se colocam contra o golpismo da ultradireita, com uma política e estratégia revolucionária completamente distintas. Levanta a bandeira de um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia. Levanta a bandeira da frente única anti-imperialista para combater o intervencionismo norte-americano no Brasil e na América Latina.

21 de setembro de 2025

ADQUIRA 
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Intervenção do POR nas manifestações de 21 de setembro

São Paulo

Massiva manifestação contra a “PEC da blindagem”



Em São Paulo a manifestação do dia 21/09 contra a chamada “PEC da Blindagem” se deu sob a palavra de ordem “sem anistia” e contou com dezenas de milhares de manifestantes na Avenida Paulista. A composição social era majoritariamente da pequena burguesia. Os sindicatos não estiveram organizados desde as suas bases. A classe operária não pôde intervir como força social dirigente. Dessa forma, o ato não expressou uma luta classista, mas sim o conteúdo da disputa interburguesa

diante da crise política aberta com a condenação de Bolsonaro e a cúpula golpista.

O tamanho da manifestação, que se manteve massiva mesmo debaixo de chuva, mostrou que existe disposição de luta. A principal trava está nas direções sindicais que submetem as centrais, sindicatos e movimentos sociais à disputa interburguesa. As reivindicações mais sentidas dos explorados estiveram completamente à margem do ato. Não foi colocada na manifestação nenhuma perspectiva de continuidade da luta.

A presença de manifestantes vestidos de verde e amarelo e o “bandeirão” da bandeira do Brasil são expressões da política reformista de manter a mobilização estritamente sob o ordenamento burguês.

O POR esteve presente com seu Manifesto, jornal e publicações. Interveio com a política revolucionária de que somente um Tribunal Popular poderá julgar os crimes da burguesia e seus lacaios da ultradireita; que a resposta contra os ataques imperialistas, incluindo a tentativa de Trump de intervir nas decisões do judiciário brasileiro, deve ser dada erguendo uma frente única anti-imperialista; que é preciso empunhar as reivindicações

próprias dos explorados, organizando um Dia Nacional de Luta pelas necessidades mais sentidas pelos oprimidos.

Intervenção/declaração do POR na manifestação

Companheiros e companheiras, nós do Partido Operário Revolucionário estamos aqui na Avenida Paulista nessa manifestação que foi convocada pelas Frentes Nacionais. Estamos com uma política independente, com uma política própria dos explorados, que está em choque com a política governista das direções dos movimentos sindicais e populares. Defendemos, em essência, uma saída para os explorados no campo da independência de classe.

O que está sendo colocado nesse momento é que o Congresso está armando a anistia bolsonarista. As direções, em vez de organizar o movimento dos trabalhadores, da juventude oprimida, no sentido de mobilizar a partir das reivindicações mais sentidas das massas, se sujeitam às disputas parlamentares. Está colocando o movimento dos trabalhadores a reboque das Instituições da própria burguesia, que sabemos fazer parte do instrumento geral de dominação de classe, que é o Estado burguês.

O Partido Operário Revolucionário aqui está para defender a constituição de um Tribunal Popular, erguer os comitês nas fábricas, nos bairros, nas escolas, de maneira que os explorados possam se manifestar no seu campo próprio de independência, partindo das reivindicações mais sentidas, organizando as greves, as mobilizações, os atos de rua. É nesse campo que vamos conseguir derrotar o golpismo, mas também derrotar a burguesia de conjunto por seus crimes de classe.

É com essa política que o Partido Operário Revolucionário comparece a essa manifestação. É com ela que respondemos ao problema em geral da mobilização dos trabalhadores em torno à PEC da Blindagem e da Anistia, que o Congresso Nacional está armando pra livrar os bolsonaristas da punição decidida pela justiça burguesa por sua tentativa de golpe.

Ceará - Fortaleza

É preciso unir a luta democrática das massas com a luta por suas reivindicações elementares

O ato do dia 21 de setembro, em Fortaleza, foi convocado para a avenida Beira-Mar pela tarde, com concentração na estátua de Iracema. A manifestação contou com uma participação de cerca de 15 mil pessoas, e percorreu a orla até o Centro Cultural Dragão do Mar.

Uma massa considerável dos setores da pequena burguesia acatou o chamado ao ato que teve como principais bandeiras a derrubada da PEC da blindagem e o rechaço à lei da anistia. Praticamente todas as correntes de esquerdas e inúmeras representações sindicais estiveram presentes.

A classe operária, tanto física como politicamente, esteve ausente da atividade. Predominaram as duas reivindicações políticas gerais que respondem às disputas interburguesas do momento no Congresso e no STF. As reivindicações próprias dos explorados, como a defesa dos empregos, salário vital, recuperação dos direitos trabalhistas, derrubada das contrarreformas etc., praticamente não foram levantadas. Mesmo as difundidas bandeiras sobre o fim da escala 6x1 e a questão Palestina foram escanteadas pelos organizadores e correntes ligadas ao campo do governo.

O ato foi progressista do ponto de vista do choque das massas contra a ultradireita bolsonarista, mas relevou, ao mesmo tempo, o quanto os oprimidos estão influenciados pelas frações burguesas em disputa pelo aparato do Estado. O ato, como se viu, não foi resultado da organização, preparação e mobilização prévia dos explorados em torno de suas reivindicações mais imediatas, mas ao contrário. Apesar disso, não se tratou de um comparecimento mecânico e passivo ao chamado das correntes que se colocam no campo da esquerda burguesa. Foi, em grande parte, uma incursão inesperada – quase imprevisível do ponto de vista das direções colaboracionistas – onde as massas buscavam interferir, de alguma maneira, nos rumos da política burguesa, ainda que sem o objetivo de superá-la.

O POR esteve presente no ato com suas bandeiras, seu manifesto, sua banca de materiais e com o Jornal Massas. Defendeu a linha de que “a luta democrática da maioria oprimida contra a direita fascizante não se confunde com a defesa do Estado burguês, seu regime político e seu governo de plantão” (Declaração do POR). Foi expressiva a venda das publicações poristas e muito positiva a concentração de contatos em torno de nosso bloco.

O ato demonstrou que é preciso não virar as costas à luta democrática das massas contra a direita bolsonarista (como fazem algumas correntes, como o PCO) ao mesmo tempo em que é fundamental combater toda tendência a dissolver-se nela.

A tarefa colocada é a de trabalhar pela independência de classe dos explorados, antes de tudo o proletariado, propagandeando as reivindicações que defendam suas condições de vida, assim como a estratégia de um poder próprio, o governo operário-camponês.



Pernambuco - Recife

Balanço do ato contra a PEC da blindagem e PL da Anistia

No dia 21 de setembro, milhares saíram às ruas de Recife para expressar sua rejeição à PEC da “Blindagem” e ao andamento da PL da Anistia. Os organizadores do ato falam em mais de 50 mil pessoas presentes. A organização do ato não foi democrática, nem a sua convocação passou pelas organizações dos trabalhadores ou estudantes, a convocação se limitou ao chamado virtual das organizações e à viralização orgânica na internet.

O ato se concentrou em frente ao Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora, e caminhou até o Marco Zero, na ilha do Recife. A falta de organização se refletiu no volume de pessoas que não sabiam para onde o ato ia andar, a caminhada foi decidida em cima da hora e não foi bem divulgada. Foram alocados dois carros de som, um pelas forças e entidades governistas, União dos Estudantes de Pernambuco (UEP/UJS), Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, e o segundo pelo PCR/UP. Ambos os carros saíram em direção ao Marco Zero, sem aviso prévio. O ato, também, teve um conteúdo festivo muito forte, com a participação de blocos de carnaval e pessoas dispersas. O destino no Marco Zero foi no intuito de levar a massa de pessoas para um ponto turístico da cidade.

O ato falhou na politização das pessoas presentes e também falhou em organizar um calendário de lutas futuras. Apenas uma fração das pessoas pôde ouvir as falas nos carros de som, não houve panfletos, de outras organizações, explicando a situação política em nosso país.

O ato esteve sob a disputa interburguesa entre o petismo e o bolsonarismo e os choques entre as instituições do Estado burguês, sobretudo do STF e Executivo x Congresso Nacional. Expressou a ilusão de que as próprias instituições burguesas serão capazes de punir os crimes de sua classe. Os setores governistas, mesmo com os votos de deputados petistas ao projeto e a revelação de negociação em torno de uma anistia light, fizeram de conta que as medidas do Congresso apodrecido eram de responsabilidade exclusiva da extrema direita.

O POR interveio distribuindo e agitando o manifesto nacional. Participaram companheiros do Comitê de Solidariedade à Palestina. Foi importante diferenciar e marcar a posição proletária nas condições de um Ato democrático burguês.

Rio Grande do Norte

Ato “PEC da Blindagem” e contra a Anistia em Natal

Cerca de 3500 pessoas compareceram ao chamado organizado pelas Centrais Sindicais contra a “PEC da Blindagem”. Foi um dos maiores atos dos últimos anos, mas com composição social da pequena burguesia, sobretudo de setores de classe média, ofendida com o nível de decomposição da democracia burguesa no parlamento. A classe operária e os demais setores mais proletarizados dos trabalhadores estavam ausentes.

Predominaram as intervenções contra a “imoralidade” da PEC, sem, contudo, considerar as reivindicações elementares dos trabalhadores, apesar de haver cartazes contra a escala 6x1 e contra o genocídio em Gaza, mas sem transcendência real no ato. Chamou a atenção a presença dos parlamentares e vereadores do PT, bem como da governadora Fátima (PT/MDB), além de partidos como PDT e PV.

O POR interveio considerando que a crise política interburguesa é expressão da decomposição do capitalismo e de sua democracia burguesa; que o parlamento é instrumento da intervenção imperialista dos EUA; que, com ou sem blindagem, não há como reverter o caráter venal do Congresso; e que a resposta programática da classe operária corresponde à luta pelas reivindicações mais sentidas dos oprimidos, em defesa dos empregos, salários e direitos, para que, nessa luta, se organize a Frente Única Anti-imperialista. Finalizou apontando que apenas a constituição de um Tribunal Popular é capaz de julgar e punir os crimes de classe da burguesia.

Rondônia

O ato contra a anistia e a PEC da blindagem do dia 21/09 aconteceu predominantemente em Porto Velho, com aproximadamente 300 pessoas. No interior, em Rolim de Moura, também houve uma pequena manifestação na principal praça da cidade, onde foi divulgado o nosso manifesto.

Em Porto Velho, compareceram principalmente militantes do PT, PCdoB, UP, POR e burocratas dos movimentos sociais, bem como da Frente Brasil Popular, movimentos indígenas, movimento de mulheres negras e dirigentes sindicais professores da universidade.

Teve início às 16h com falas das diversas ditas lideranças em que evidenciavam as palavras de ordem “Sem Anistia” e “Não à PEC da Blindagem” que caracterizaram de bandidagem. Foi um ato de caráter festivo, distracionista, pois, em meio às falas, pausavam para músicas e danças.

O POR interveio com a declaração nacional sobre a crise política que teve uma boa aceitação pelos participantes e com a banca de materiais. O que permitiu a aproximação de populares. Pudemos explicar elementos do Programa do Partido àqueles que mostraram interesse em conhecer mais de perto a nossa política e se aproximaram da nossa militância para conhecer o partido através das redes sociais.

A intervenção da militância também aconteceu com falas no carro de som expondo nossa política de independência perante os patrões e governos. Chamamos os partidos, sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais a organizarem um Dia Nacional de Luta, para preparar uma greve geral no país em defesa das

reivindicações dos trabalhadores e constituir a Frente Única Anti-imperialista para combater todas as políticas de intervenção do imperialismo no Brasil e na América Latina e para pôr fim às guerras de rapinagem que se espalham no Oriente Médio, ameaçam a América Latina com a ofensiva militar dos Estados Unidos na costa da Venezuela e outras partes do mundo. Só com a política proletária - com o programa do Partido Operário Revolucionário-, é possível barrar a escalada armamentista e as guerras de anexações e para isso é preciso organizar em cada país a frente única anti-imperialista e fortalecer as seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.



Rio de Janeiro

Um retrato do distracionismo

No último dia 21 de setembro, foi convocado o ato do governo na praia da Copacabana para fazer frente à aprovação da PEC da Blindagem, bem como aos avanços das discussões em torno da anistia aos condenados de 8 de janeiro de 2023. O tom do ato foi o reflexo mais bem acabado do distracionismo eleitoral. Um ato marcado principalmente pela presença de artistas da música brasileira, cuja presença garantiu grande volume de pessoas no protesto, porém com um esvaziamento das reivindicações dos trabalhadores e de caráter político nitidamente eleitoral.

Nos primeiros momentos do ato, representantes do governo, como a deputada federal Talíria Petrone e a ex-governadora Benedita da Silva, discursaram no carro de som. Essa última, durante a sua fala, defendeu a candidatura e os votos em Lula para a campanha de 2026. Compreendemos que o governo federal e a política de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin

são os verdadeiros responsáveis pelo avanço das tendências fascizantes, uma vez que o nacional-reformismo é incapaz de combater tais tendências estando submisso aos interesses burgueses, garantindo, assim, terreno livre para a direita e a ultra direita se expandirem.

Apesar do tom festivo e distracionista do ato, foi observado a presença de muitos militantes independentes e que não estavam de acordo com o tom que o governo colocou para a data, mostrando que há interesse da juventude e movimentos sociais em radicalizar as lutas. O POR permaneceu juntamente com tais militantes independentes atuando com suas bandeiras e manifestos onde defendeu a unidade da luta por meio da frente única anti-imperialista e a defesa do Tribunal Popular Revolucionário para julgar os crimes da ultradireita e da burguesia.

Santa Catarina

Em Chapecó, o ato de 21/09, que estava programado para acontecer com militantes do PCBR, foi cancelado de última hora devido à previsão de mau tempo, mas às 15h tempo melhorou e ocorreu o ato do plebiscito popular, puxado pelo PT, PSOL e PCdoB. Estavam presentes parlamentares do município de Chapecó e uma deputada estadual de SC do PT, além de sindicalista, estudantes e militantes da UP. Participaram cerca de 100 pessoas, com reivindicações escritas em cartazes pela taxa dos super-ricos, fim da escala 6x1, não à PEC da blindagem e falas de sem-anistia.

O ato se mostrou eleitoral e sem a presença de trabalhadores, isso demonstra o quanto o PT e seus aliados estão distantes das

massas, das classes trabalhadoras. Os sindicatos que deveriam organizar um dia Nacional de Luta demonstram que acreditam que as mudanças virão do parlamento, com as massas desmobilizadas. Isso evidencia que os sindicatos estão subordinados ao governo burguês de Lula.

O POR vem afirmar que é preciso que as centrais sindicais organizem os sindicatos e constituam comitês de luta e assembleias populares, que convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios pelos direitos, salários e empregos, pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Rio Grande do Sul

Milhares se manifestam em Porto Alegre

Em Porto Alegre, milhares de pessoas foram às ruas no domingo, 21 de setembro. A manifestação começou na Avenida Osvaldo Aranha, seguiu pela Rua José Bonifácio até o Largo Zumbi dos Palmares, passando também pela Redenção. Segundo estimativas, o protesto reuniu mais de 14 mil pessoas.

As intervenções reforçaram a crítica à PEC da Blindagem e à proposta de anistia para os que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Bandeiras nacionais, de movimentos sociais, partidos de esquerda e cartazes contra a blindagem marcaram o ato.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS), Amarildo Cenci, explicitou o posicionamento da central vinculada ao PT: “Manifestamos nossa oposição a qualquer forma de anistia a indivíduos envolvidos em atos criminosos que atentaram contra a democracia e o Estado de direito no Brasil. Observamos com preocupação a tramitação de propostas legislativas, como a PEC, que visa proteger parlamentares de investigações por crimes cometidos. Tal iniciativa é um ataque inaceitável à Constituição e aos princípios democráticos”. Essa defesa da sacrossanta “Constituição” coloca a direção da central no campo da democracia, do Estado capitalista e, portanto, no campo patronal.

A deputada federal Fernanda Melchionna (Psol-RS) destacou o papel da mobilização popular: “Esse é o nosso método, ocupando

as ruas, não acreditando nos conchavos do centrão, da extrema direita, do Congresso inimigo do povo, que não pauta nada do que é importante para população brasileira e está sempre tentando manter a casta dos privilégios dos políticos”. Expôs, assim, a demagogia desse partido que compõe a base do governo de frente ampla, em que predominam abertamente os interesses da grande burguesia.

Já a deputada estadual Sofia Cavedon (PT) avaliou que a mobilização é uma reação legítima ao que classificou como “aviltamento” do parlamento. “Essa reação de hoje, que é uma reação no Brasil inteiro, que é das classes populares aos artistas, intelectuais, movimentos sindicais e juventude, mostra a pujança da nossa democracia que nessa semana que passou foi perigosamente aviltada”. Uma declaração que expõe de corpo inteiro a miséria desse partido que defende o parlamento burguês, do qual ela quer apenas expurgar o seu ocasional “aviltamento”.

Dessa forma, também em Porto Alegre se verificou uma reação aos ataques da direita e extrema direita com manifestações de rua, o que não deixa de ter sua importância, mas limitada à defesa da democracia burguesa. Esta limitação, entretanto, é o reflexo da crise de direção do proletariado que ainda não foi superada e depende da constituição do Partido Operário Revolucionário e sua inserção nas massas com o programa da revolução social.

Paraná

Em Curitiba e cidades do interior, ocorreram manifestações contra anistia e contra a PEC da blindagem, mas a direita também disputa as ruas

Em Curitiba, a manifestação contra a PEC da Blindagem e contra a anistia aos golpistas ocorreu na Boca Maldita, reunindo cerca de 15 mil pessoas, com discursos de parlamentares, sindicalistas e movimentos sociais, seguido por uma passeata pelas ruas centrais da capital do estado. A manifestação foi convocada pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, ligadas ao PSOL e ao PT, o movimento contou com a participação de entidades como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e trabalhadores ligados ao setor petrolífero (Sindipetro PR/SC) que também integraram a mobilização local.

Além de Curitiba, houve manifestações menores em Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, Toledo, Matinhos e Pato Branco. As manifestações foram marcadas pela disputa institucional/eleitoral contra os partidos da direita e extrema direita, mas, na sua convocação, alguns setores tentaram maquiar esse caráter acrescentando “outras bandeiras”, como foi o caso da APP/Sindicato, que acrescentou a defesa da soberania nacional, a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a taxa dos muito ricos, a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1.

A cidade de Curitiba – sede da 13ª Vara Federal, comandada pelo juiz Sérgio Moro até o momento dele sair para assumir o cargo de ministro da justiça do Bolsonaro – também teve no mesmo dia e simultaneamente um ato da extrema direita. O mesmo se realizou em frente ao prédio da UFPR, com bandeiras diferentes. O ato foi em homenagem ao Charlie Kirk, ativista reacionário recentemente assassinado nos Estados Unidos, críticas ao STF e ao governo federal.

O ato contou com o apoio do ex-deputado Deltan Dallagnol (Novo), o advogado Jeffrey Chiquini e o vereador Guilherme Kilter (Novo). Durante a manifestação, participantes seguravam bandeiras dos Estados Unidos e cartazes com críticas ao ministro

do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre Moraes, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pelas redes sociais, Dallagnol afirmou que a manifestação era a favor da pauta defendida pelo Charlie Kirk: vida, família, liberdade e integridade. “Pela pluralidade real nas universidades, para que elas não sejam dominadas por uma doutrinação ideológica de esquerda”. Independentemente da sanidade ou insanidade das bandeiras levantadas por estes setores, trata-se de um indicador do apoio que a extrema direita ainda mantém num estado predominantemente agrário e atrasado.

Quanto à manifestação contra a anistia, embora ressaltassem objetivos institucionais, quer dizer, não se baseavam nas reivindicações das massas exploradas, a manifestação indicou a retomada de mobilizações e de ocupação do espaço central da cidade de Curitiba, que os partidos e movimentos vinculados ao governo Lula não ocupavam fazia tempo.

Nossa tarefa é a de fortalecer o POR no estado e na região Sul. Assinalamos a importância da Declaração porista que se colocou por uma posição operária. A forte presença da ultradireita somente será combatida com a organização da classe operária no estado e nacionalmente.



Fortaleza

Prefeitura do PT impõe ajuste fiscal sobre funcionalismo e poupa devedores do município

No dia 24 de setembro, o prefeito Evandro Leitão/PT fez votar em caráter de urgência um projeto de lei que trata do ajuste fiscal nas contas do Município. Leitão afirma que recebeu as contas da Prefeitura quase no vermelho e que necessita cumprir a lei de responsabilidade fiscal.

O Projeto de lei enviado à Câmara estabelece que no momento em que o índice de comprometimento das receitas ultrapassar 95% da receita nos últimos 12 meses as normas de contingenciamento serão ativadas. Pela lei, qualquer aumento salarial, reajuste ou pagamento de vantagens fica proibido, salvo a revisão geral anual pela inflação.

Isso significa dizer que a prefeitura pode não pagar o piso salarial do magistério ano que vem. Além disso, a lei veta a criação de cargos, salvos os casos estritamente necessários, assim como qualquer alteração na estrutura de carreira. Dessa forma, as categorias em luta por plano de carreiras ficam de mãos atadas. A admissão ou contratação ficam suspensas, salvo os casos, como dissemos, estritamente necessários. Os concursos públicos também ficam proibidos, assim como a criação de bônus, vantagens e verbas de representação. Os programas de linha de financiamento da prefeitura ficam igualmente vedados, assim como qualquer incentivo tributário ou concessão.

É importante dizer que a proposta original da Prefeitura não previa qualquer reajuste dos servidores, mesmo a revisão pela inflação, que só foi concedida por meio de uma emenda ao projeto. Mas o que chamou atenção foi o fato de, simultaneamente,

a prefeitura decidir pela criação de um Refis especial onde os devedores da prefeitura com dívidas acima de R\$ 1 milhão poderão parcelá-las em até 48 vezes (4 anos).

Os sindicatos de servidores como SINDIFORT, SINDISAUDE, SINDIGUARDAS e outros estiveram na manhã do dia 24/09 Câmara Municipal em protesto contra a Ajuste Fiscal. O SINDIUTE fraturou a unidade, ignorando os chamados para o ato conjunto. Só pela tarde o sindicato fez uma convocatória urgente para que a categoria fosse à câmara municipal. A categoria atendeu de imediato e lotou o pátio, auditório e galerias do plenário. Preocupada, a Câmara acionou o Pelotão Especial (Tropa de Choque da prefeitura) para intimidar o magistério, que reagiu com vaia e palavras de ordem.

O projeto de lei do ajuste fiscal foi aprovado por ampla maioria, incluindo um voto do PSOL (o outro vereador se absteve) e os votos do PT, esses sem novidade alguma. Os professores proferiram gritos de traidor contra deputados do PT e PSOL. A direção tentou defender o PT, dizendo que Evandro não era do partido, mas um recém-chegado.

A Corrente Proletária/POR que esteve no ato denuncia mais esse ataque de Evandro Leitão/PT, com a conivência do PSOL, ao funcionalismo. Levanta a bandeira de oposição revolucionária ao prefeito e chama a categoria a travar a luta pela derrubada do ajuste fiscal, expressão da crise financeira e da falência dos municípios sob o capitalismo.



Partido

Campanhas do POR

Boletim Nossa Classe

**NOSSA CLASSE**

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Setembro/2025 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Política Operária

Fora os Estados Unidos da América Latina!

Constituir a Frente Única Anti-imperialista para defender a soberania nacional e expulsar os Estados Unidos da América Latina!

O cerco militar dos Estados Unidos em torno à Venezuela e a intervenção econômica e política no Brasil são um atentado à soberania nacional a todos os países da América Latina. A burguesia nacional brasileira é incapaz de defender a soberania nacional. A fração burguesa ultradireitista liderada por Bolsonaro está totalmente subordinada aos interesses do governo Trump. O governo burguês de Lula, que apenas em palavras diz defender a soberania nacional, na prática está submetido aos interesses da burguesia e do capital financeiro.

Não existe soberania nacional quando o governo Lula reduz gastos sociais e ataca o salário mínimo e o BPC para pagar R\$ 1 trilhão de juros da dívida pública aos banqueiros nacionais e internacionais. Não existe soberania nacional quando o governo Lula mantém a privatização da Eletrobrás e demais estatais privatizadas. Enquanto o Lula mente dizendo que “o Brasil é dos brasileiros”, várias petroleiras e mineradoras estrangeiras saqueiam o petróleo, as terras raras e minerais estratégicos do país.

O subsídio do governo de R\$ 30 bilhões como ajuda aos exportadores não garantirão os empregos e a estabilidade. Ao contrário, o fechamento de fábricas e as demissões em massa já estão acontecendo em vários setores. Os sindicatos e centrais devem romper com o governo burguês de Lula e convocar um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral, para defender os empregos, salários e direitos. Somente a classe operária organizada e em luta pode defender a soberania nacional contra os ataques de Trump e de seus aliados bolsonaristas.

O Boletim Nossa Classe levanta a bandeira da Frente Única Anti-imperialista, liderada pela classe operária, para defender a soberania nacional, expropriar e nacionalizar, sem indenização e sob o controle operário as multinacionais e demais empresas que ameacem fechar ou demitir. A defesa incondicional da Venezuela e Fora os Estados Unidos da América Latina. A tarefa colocada é a de derrotar o imperialismo e a burguesia nacional entreguista com os métodos da revolução proletária e com o objetivo de constituição do governo operário e camponês.

Operários da Embraer em São José dos Campos aprovam greve e são reprimidos pela PM

No dia 17 de setembro, o setor produtivo da Embraer de São José dos Campos, 6000 operários, aprovou em assembleia greve por tempo indeterminado, exigindo reajuste salarial de 11%, VR de R\$1000,00, assinatura da convenção coletiva de trabalho e garantia de estabilidade aos trabalhadores que sofrerem acidentes de trabalho. A Embraer reagiu ao movimento, primeiro aumentando muito pouco a proposta inicial (5.5% de reajuste e R\$ 450 de VR) e afirmou que assinaria a convenção mediante a redução do período de estabilidade para trabalhadores lesionados (que hoje é até a aposentadoria), porém, na madrugada do dia 18, acionou a Polícia Militar para reprimir grevistas e dirigentes sindicais.

Mesmo sob forte coação, ocorreu uma nova assembleia que suspendeu a greve e aprovou uma contra proposta de 9.5% de reajuste salarial, mantendo os outros pontos, que será levada pelos dirigentes para negociação com a empresa. Os produtos comercializados pela Embraer ficaram de fora do tarifaço aplicado pelo presidente dos EUA, Trump, e em agosto a empresa declarou aos acionistas um lucro maior que o do semestre do ano passado, no valor de R\$675 milhões.

Os operários não devem permitir que um acordo menor que as exigências aprovadas em assembleia seja feito entre o sindicato e os patrões. Devem se utilizar dos seus métodos próprios de luta como a greve e organização dos comitês de fábricas.

É importante unificar a luta pelo aumento de salários e direitos com as outras fábricas e sindicatos, como os metalúrgicos do ABC



e de São Paulo que se encontram em campanha salarial nesse momento. Para quebrar a intransigência e a repressão da Embraer a greve a direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos deve convocar imediatamente a assembleia geral dos metalúrgicos do Vale do Paraíba para fortalecer a luta e impor a pauta de reivindicações a patronal.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem do sindicato a convocação da assembleia geral e uma unificação da luta para se fortalecer diante da opressão da Embraer e do Estado.

Campanha do Boletim Nossa Classe contra o genocídio do povo palestino

Fora as tropas de Israel de Gaza!

Brasil continua cúmplice do genocídio do Povo Palestino!

O Estado Sionista de Israel já matou mais de 65 mil Palestinos com bombas e fome. O primeiro ministro de Israel Netanyahu ordenou a entrada do exército na faixa de Gaza para a ocupação e anexação total do território que ainda resta. O que vem resultando mais mortes e desespero aos palestinos.

O Boletim Nossa Classe /POR defende que a luta contra o genocídio do Povo Palestino só pode avançar se colocarmos a classe operária portuária e industrial no centro da batalha, pois só ela tem a força material para impedir a exportação e importação que alimenta a máquina de guerra do Estado genocida de Israel. Denunciamos a hipocrisia do governo Lula/ Alckmin, que posa de defensor da Palestina, mas continua exportando petróleo, aço e alimentos para o Estado Sionista. Rechaçamos a farsa dos dois Estados levantadas pelo imperialismo! Constituir a frente única anti-imperialista em todo o Oriente médio! Por uma República socialista da Palestina.



Formação política do Nossa Classe

Cada partido representa os interesses de uma classe social

Os partidos que representam os interesses dos latifundiários proprietários de terras se esforçam para contratar mão de obra barata e garantir um alto preço para os produtos dos latifundiários. Os partidos que representam o setor da indústria, os donos de fábricas, têm como objetivo obter mão de obra barata e explorar ao máximo a força de trabalho para manter os lucros cada vez maiores. As bancadas da bala (indústria de armas); bancada do boi (agropecuária); bancada da bíblia (evangélicos), todas são formadas por partidos que defendem os interesses de suas respectivas frações burguesas.

É evidente que os operários e os camponeses têm interesses totalmente diferentes daqueles dos capitalistas e latifundiários. Por isso, os explorados devem procurar sempre conhecer o programa de cada partido. A partir do programa, podemos saber quais inte-

resses de classe tal partido representa. A defesa do sistema de exploração capitalista, da propriedade privada e do Estado burguês é algo comum no programa de todos os partidos burgueses.

A classe operária, os camponeses e demais explorados jamais devem entrar ou defender um partido que representa os interesses da burguesia. No programa do Partido Operário Revolucionário (POR), está definido claramente que nosso objetivo é o de organizar a aliança operária e camponesa para destruir por meio de uma revolução social o Estado burguês, colocar fim à propriedade privada e estabelecer a propriedade social, coletiva, dos meios de produção. Constituir um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado contrária à minoria exploradora e favorável à maioria explorada.

Campanha salarial dos metalúrgicos do ABC se encerra no final de setembro

De fato, há muito a direção do sindicato burocrática acabou com a campanha salarial

A campanha salarial que divide os metalúrgicos em vários grupos há muito tem retirado força da ação coletiva dos operários. A atual campanha se limitou a pedir um reajuste de 6,4%, ou seja, 1,2% acima da inflação estimada. Está claro que não se repõe perdas salariais, responsáveis pela redução do valor da força de trabalho dos metalúrgicos.

Questões fundamentais como o crescimento da contratação de terceirizados, demissões e estabilidade no emprego ficaram de fora. As medidas de flexibilização capitalista do trabalho, como layoff e banco de horas continuam sendo utilizadas para se realizar acordos contrários às necessidades dos operários e favoráveis aos capitalistas. É o que acaba de se repetir na Mercedes. Eis por que o sindicato já não convoca a assembleia geral para decidir os rumos da campanha salarial. A burocracia traidora negocia por cima com os grupos empresariais.

O Boletim Nossa Classe denuncia a fraudulenta campanha salarial. Defende a retomada da campanha salarial unitária, baseada na assembleia geral e na formação de comitês de luta em todas as fábricas.

Defende a união da classe operária em torno: 1) reposição das perdas salariais; 2) aumento real de salário; 3) estabilidade no emprego; 4) fim da terceirização e efetivação dos terceirizados; 5) redução da jornada sem redução dos salários.

Defende a luta unitária para acabar com a flexibilização capitalista do trabalho: 1) fim do layoff, banco de horas, contratos temporários; 2) fim dos acordos de demissão; 3) revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária dos governos Temer e Bolsonaro.

Boletim Nossa Classe denuncia o acordo de demissão na Gerdau

Os metalúrgicos da Gerdau de Pindamonhangaba reagiram ao anúncio de 400 demissões com a greve. Ocorre que a direção do Sindicato Metalúrgico, vinculado à CUT, aceitou um acordo de demissão, ponto rapidamente fim ao movimento. A Gerdau propôs a demissão de 200 e um Programa de Demissão Individual (PDI). Somente um tonto não veria que o capitalista da Gerdau apresentou um número elevado de 400 demissões, para alcançar imediatamente 200 e realizar as outras 200 por meio do PDI. Com o PDI, os operários que serão demitidos ficarão à mercê da pressão patronal.

O Boletim Nossa Classe denuncia a traição da direção sindical de Pindamonhangaba e da direção da CUT que foi conivente. Esse é mais um exemplo de demissões, sem que o sindicato organizasse uma verdadeira luta.

Diante das demissões em massa, a resposta operária é: 1) greve imediata; 2) ocupação da fábrica; 3) imposição do controle operário da produção; 4) defesa da estatização sem indenização da fábrica. Essa luta tem de ser apoiada por toda classe operária e, portanto, por todos os sindicatos. Somente assim a classe operária pode defender coletivamente sua fonte de existência, que é o trabalho.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), de Ribeirão Pires, realizou dezenas de demissões

A informação é de que 150 operários perderam seus empregos. A direção do sindicato negociou as demissões. Essa atitude capituladora se tornou prática comum em todos os sindicatos. A justificativa da CBC para demitir em massa é que foi atingida pela taxa de Trump. A própria empresa, no entanto, anunciou que fará investimentos nos Estados Unidos.

O Boletim Nossa Classe denuncia a negociação traidora e defende que os operários lutem pelo emprego. É dever de todos os sindicatos das centrais defenderem a estatização sem indenização da CBC. Trata-se de lutar pelo controle operário da produção.

Os operários da produção devem condenar as demissões do Banco Itaú

O Itaú apresentou um lucro de R\$ 41,4 bilhões. Mesmo assim demitiu 1000 trabalhadores com o objetivo de aumentar a lucratividade. Esse brutal ataque é possível porque o Sindicato dos Bancários se encontra burocratizado e sua direção comprometida com os interesses dos banqueiros.

O Boletim Nossa Classe defende que se convoque a assembleia geral dos bancários para revogar as demissões. Chama a classe operária e demais trabalhadores a lutarem contra as demissões.

ABC

Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André faz 92 anos sem independência de classe, sem lutas e sem conquistas

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá chega aos 92 anos carregando uma história de lutas que, no passado, marcou a categoria e o sindicalismo brasileiro. Mas não podemos romantizar o presente: há muito tempo essa entidade abandonou o papel de instrumento de combate da classe operária e se converteu em administradora da conciliação.

Em vez de organizar greves, mobilizações e enfrentamentos contra a patronal, o sindicato se especializou em festas, torneios de truco, sorteios e premiações, e homenagens protocolares. Um episódio recente, a homenagem ao presidente Sapão na Câmara Municipal de Santo André, escancara a aliança com os poderes que exploram, precarizam e reprimem a classe operária. Sindicato que recebe medalha de político e tapinha nas costas de patrão não tem independência de classe, e não se pode dizer “de luta”.

Enquanto isso, os metalúrgicos seguem enfrentando a exploração diária: a famigerada escala 6x1, a intensificação da jornada, a precarização dos contratos, terceirizações e salários miseráveis. Nessas frentes, o sindicato não tem se colocado como direção de luta, mas como correia de transmissão do discurso institucional, apoiando projetos de lei sem mobilizar a base.

O que está em jogo é a independência política e sindical dos explorados. Não basta lembrar conquistas do passado se no pre-



Participe do

ENCONTRO

OPERÁRIO

- 26/10 (sáb)
- 17h
- Presencial

Entre em contato: (11) 95446-2020
@massas.por

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!



sente se mantém paralisado. Um sindicato de luta não se mede pelo número de festas realizadas, mas pela capacidade de colocar patrões e governos contra a parede e conquistar o atendimento das reivindicações.

Os operários precisam resgatar o sindicato como ferramenta de enfrentamento, não como palco de autopromoção e carreirismo de dirigentes. Porque o que ameaça a burguesia não são medalhas, mas greves; não são festas, mas piquetes; não são discursos de conciliação, mas a organização firme e independente da nossa classe.

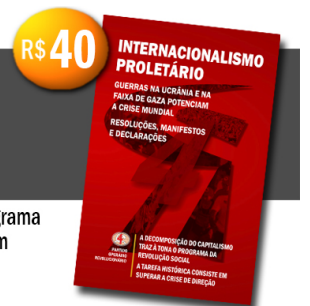
LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Seminário dos Cipeiros da Borracha

É preciso defender a saúde do trabalhador com os métodos de luta e organização independente dos explorados

O Seminário dos Cipeiros da Borracha 2025, promovido pelo SINTRABOR, aprovou resoluções como a investigação das causas de acidentes de trabalho, a atenção à saúde mental, a filiação ao DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) e o debate sobre soberania nacional. São questões que tocam diretamente na vida e na integridade física dos trabalhadores.

Durante o encontro, os participantes fizeram um minuto de silêncio em homenagem a um operário morto em agosto na Bridgestone em Santo André, vítima de acidente de trabalho. O gesto expressa um respeito protocolar; para honrar de fato a memória desse companheiro e de tantos outros, é preciso transformar a indignação em mobilização e enfrentamento contra os patrões.

Os sindicatos não podem se limitar a espaços de estudo ou mediação institucional: devem ser instrumentos de combate da classe operária contra o capital. A filiação ao DIESAT só terá valor se for instrumento de mobilização, e não contenção. A investigação de

acidentes só fará sentido se apontar os verdadeiros responsáveis — patrões, terceirizações e o ritmo brutal de trabalho — e se traduzir em ação concreta, como paralisações e greves. Além disso, diante da atuação global das multinacionais da borracha, o internacionalismo proletário é indispensável para que a luta não fique isolada dentro das fronteiras nacionais.

O debate sobre saúde mental é urgente, mas não pode se restringir a palestras; precisa estar ligado às reivindicações materiais, como a redução da jornada, a estabilidade no emprego e o combate ao assédio patronal. Também é necessário resistir à burocratização sindical: o prestígio de técnicos e autoridades deve ser denunciado e combatido. Não pode substituir a organização independente dos trabalhadores.

Por fim, cabe às bases exigir que cada deliberação seja transformada em arma de mobilização, fortalecendo a consciência e a organização operária. Os sindicatos devem ser escolas de combate — não repartições burocráticas.

Pernambuco

Boletim Nossa Classe promove encontro sobre privatização do metrô

ROMPER AS ILUSÕES GOVERNISTAS EM LULA/ALCKMIN!

OS METROVIÁRIOS DEVEM CONFIAR APENAS EM SUAS PRÓPRIAS FORÇAS, NA UNIDADE E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE. ESSE É O CAMINHO CAPAZ DE LEVAR À VITÓRIA!

POR UMA FRENTE ESTADUAL DEMOCRÁTICA E COMBATIVA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES!

ILUSÕES E PROMESSAS POLÍTICAS

LUTA!

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO: (11) 95446-2020 @massas.por

a categoria. Iniciamos exibindo um vídeo com a fala do Boletim Nossa Classe, em 2022, na assembleia em Recife. Momento em que, diante da tentativa de privatização encabeçada por Bolsonaro e o governador Paulo Câmara (PSB), a direção do sindicato traçou a linha eleitoreira de apostar na eleição de Lula para tirar a CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) do PND (Plano Nacional de Desestatização). Mostramos como a linha do Boletim Nossa Classe de denúncia do eleitoralismo e, posteriormente, do governismo, e defesa da ação unitária dos trabalhadores, com seus métodos de luta é a única capaz de levar à vitória. Acompanhamos no site do BNDES as etapas previstas da privatização, que tem seguido seu curso, apesar das campanhas sindicais junto a políticos em nível municipal, estadual e federal.

Confirmou-se que o governo Lula/Alckmin dá continuidade à política econômica dos governos anteriores: subordinado ao capital financeiro, aprovou o novo arcabouço fiscal, manteve as contrarreformas trabalhista, previdenciária e prepara novas contrarreformas como a administrativa. A luta contra a privatização do metrô é parte da luta anti-imperialista, por isso defendemos que as centrais, sindicatos e movimentos ergam uma poderosa frente única anti-imperialista.

O privatismo foi mantido desde a transição, o maior exemplo é a privatização do metrô de BH, iniciada por Bolsonaro e concluída por Lula/Alckmin. Expusemos como a greve de 2023, no início do governo Lula, pela retirada da CBTU do PND teve uma grande importância, porém esteve ainda presa às ilusões no governo, sem conseguir ganhar as ruas e ser ativa. O papel das centrais sindicais no isolamento do movimento também foi destacado.

Explicamos que medidas como o Acordo Coletivo Especial (ACE) e o Plano de Demissão Voluntária (PDV), apresentadas pelo sindicato como proteção aos trabalhadores, na realidade são peças da engrenagem privatista, na medida em que o governo afirma que está considerando reparações aos trabalhadores. Mostramos

No dia 17 de setembro, foi realizada a atividade “A luta contra a privatização do metrô Recife”, amplamente divulgada entre

que o ACE aprovado, com estabilidade até o fim de 2026, é inócuo, e a aposta de uma prorrogação por mais 2 anos é insuficiente. Por meio, do ACE alguns metroviários poderão ser aproveitados em outras empresas públicas, portanto é uma medida para poucos e por muito pouco tempo. Mostramos também que as indenizações do PDV às vezes iludem alguns, mas que nada substitui um emprego estável. Ressaltamos a necessidade da greve ativa e mobilizada para enfrentar a privatização.

Os metroviários presentes expuseram suas análises sobre a atuação do sindicato. Denunciaram que, com uma rara exceção, os dirigentes do Sindmetro, sobretudo do PCdoB, são chamados a trabalhar como representantes da empresa/governo, ou seja, do lado patronal, após o mandato. As divisões na categoria, entre administrativos e setores da manutenção; “velhos” e “novos” são um obstáculo. Denunciaram o papel das Centrais Sindicais, como a CUT e CTB, que participam das assembleias e atos com poucos representantes, sem desenvolver a solidariedade classista e a ação unitária com outras categorias. Trataram também de como a direção do sindicato hoje tem junto ao PCdoB um setor que procura atuar com maior independência, mas que predomina a linha

governista, inclusive de tentar responsabilizar o governo estadual de Raquel Lyra pela privatização, nublando o papel decisivo do governo Lula.

Um metroviário aposentado trouxe os exemplos de lutas passadas, marcadas pela combatividade da ação direta, com a ação coletiva da categoria para garantir paralisações totais, inclusive retirando peças de trens que impediam seu uso. Mostrou-se também como a luta contra a privatização já se desenrola há décadas, sendo necessário retomar esses métodos de luta, das greves ativas, com piquetes e bloqueios de avenidas e rodovias para defender o metrô público e os empregos.

Aprovamos alguns encaminhamentos de propor ao sindicato um debate sobre “Tática, estratégia e métodos na luta contra a privatização”, com a participação de trabalhadores de base, representação do Boletim Nossa Classe e do sindicato; realizar um debate na UFPE sobre “As lutas contra as privatizações em Pernambuco”; elaborar um novo Boletim Nossa Classe e manter a defesa da construção de um Comitê contra as privatizações democrático, aberto a todos que queiram lutar e defender na categoria a necessidade de construir a greve ativa e mobilizada.

Santa Catarina

Eletricitários em greve

Trabalhadores das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) entram em greve na segunda-feira, 22/09, em todo o estado: “a decisão foi tomada em assembleia da categoria, após a falta de avanços significativos nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 e a apresentação de uma proposta rebaixada por parte da empresa. Desde o início das negociações, em 28 de agosto, a diretoria da Celesc adotou uma postura intransigente, sem garantir sequer a reposição da inflação, os direitos previstos no Acordo Coletivo, o que impõe perdas reais aos trabalhadores”. Essa foi a nota divulgada pela Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina (Intercel). De acordo com informações da Intercel, 90% dos trabalhadores estão paralisados em todo o estado.

As principais reivindicações são: correção salarial acima do INPC e ganho real; extensão do anuênio para todos os trabalhadores, inclusive contratados após 2016; aumento no valor do vale alimentação. A Celesc é uma das poucas concessionárias públicas do país e vem sofrendo com sucateamento, a precarização dos em-

pregos e serviços fornecidos aos catarinenses. A intenção do governo de Jorginho Mello é a privatização dos serviços públicos.

A privatização traz para a população assalariada a degradação dos serviços fornecidos e aumento nas tarifas. Por se tratar de um problema geral e uma ofensiva mais ampla do capital financeiro sobre os direitos históricos dos trabalhadores, é preciso dar uma resposta unificada. Os sindicatos devem abandonar a orientação governista e organizar a luta com os métodos próprios da classe operária. É urgente a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestação massivas nas ruas, como forma de impedir o avanço das privatizações e impor as reivindicações mais elementares de defesa da vida dos explorados.

O POR manifesta seu apoio ao movimento dos eletricitários e defende que somente através das greves e ocupações e construção de comandos de greve nos locais de trabalho será possível enfrentar as privatizações e defender as condições de existência da classe.

Defender as Reivindicações de Empregos e Salários

A burguesia só cresce e se reúne em grandes grupos, enquanto a classe operária vive o desemprego e salários que não dão para comprar a cesta básica. No mês de agosto, o Dieese calculou o preço da cesta básica em SP R\$ 850,84, a mais cara do país, enquanto os salários médios estão em torno de R\$ 2000,00. Apesar do lucro dos patrões crescer ou se manter em alta com o arrocho salarial, eles (os capitalistas) reduzem a força de trabalho com as demissões para continuar garantindo seus lucros. Milhões de trabalhadores sobrevivem com um a menos de um salário mínimo. A juventude é uma camada que mais arca com os salários de fome.

A burguesia no Brasil, que tem seus laços com os Estados Unidos desde que nasceu, se vê obrigada a fazer manobras para continuar abraçada ao imperialismo norte-americano diante da guerra comercial com a China. Assim, os bolsonaristas impulsionam uma parte da classe média abastada do país a ir às ruas e levantar a bandeira norte-americana, por um lado, para não perder as amarras com o imperialismo. De outro, o governo de Frente Ampla de Lula vai à ONU para abraçar Trump e tentar negociar o pouco que resta

da soberania nacional. Enquanto isso, faz as demissões em massa ocorrerem. Nesta semana, apesar do plano governamental de ajuda aos exportadores, os patrões continuam a demitir.

Em 19 de setembro, a Villarta elevadores demitiu 33 operários, sendo 65 o total de trabalhadores, no Rio Grande do Sul, em Horizontina, a John Deere demitiu 150 operários, empresa multinacional de produção de colheitadeiras, sendo que os latifundiários obtiveram enormes lucros nestes últimos anos. Em Ribeirão Pires, SP, a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) fechou 150 postos de trabalho. A Gerdau de Pindamonhangaba anunciou o plano de 400 demissões.

Como a burguesia, as direções dos sindicatos, em um país de economia atrasada como o Brasil, têm ligações com os interesses das multinacionais. Então frente às demissões, as burocracias “ficam surpresas”, “indignadas”, negociam as demissões e favorecem o patronato submetido ao imperialismo. Os burocratas, é verdade, deixaram de lado a luta por salários e empregos há muito tempo.

FASUBRA

Rodada de assembleias reforça disposição das bases em retomar à greve

Seguindo a orientação da Plenária Nacional da Fasubra-Sindical de agosto de 2025, que aprovou a rodada de assembleias na segunda quinzena de setembro para discussão do indicativo de greve nacional, a maioria das entidades sindicais filiadas à federação realizou assembleias entre os dias 15 e 26 de setembro de 2025. Um levantamento preliminar sinaliza que metade foi a favor e metade foi contra o indicativo de greve nacional da federação para o mês de outubro de 2025 na luta contra a Reforma Administrativa Nacional e pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve (TAG) de 2024.

Aproximadamente 13 sindicatos aprovaram, 10 rejeitaram, 4 ainda não se sabe o resultado e 18 ignoraram a rodada nacional de assembleias. Essa divisão também se expressou localmente em alguns sindicatos, como no ASSUFOP, com 72 votos contrários à greve, 62 favoráveis e 8 abstenções, e no Sintufrj com 45 contrários e 26 favoráveis. Embora a situação esteja indefinida, não resta dúvida de que uma parcela da categoria está disposta a deflagrar um movimento grevista, enquanto outra parcela ainda não está convencida, em grande medida por estar cercada por direções burocráticas ou governistas.

Observa-se que em resposta à quebra do TAG por parte do governo, já em setembro de 2024, a Corrente Proletária da Educação/POR levantou a necessidade de discutir a retomada da greve pelo cumprimento integral do TAG. Em seguida, incluímos na pauta a Reforma Administrativa Nacional, e propomos chamar à unidade com outras categorias. Contudo, nas Plenárias da Fasubra do primeiro semestre de 2025, basicamente de duas a três bases discutiram o indicativo de greve em suas assembleias. Nota-se, assim,

a importância da presente rodada nacional de assembleias para ampliar a discussão a respeito da retomada da greve.

Diante da iminência da tramitação da contrarreforma administrativa no parlamento burguês, a necessidade da greve de resistência nacional está mais do que posta. As bases que aprovaram o indicativo de greve nacional devem passar a preparar a greve e ajudar a parcela que ainda não aprovou o indicativo a aprová-lo diante do plano de preparação da greve. É preciso romper a camisa de força das direções burocráticas, conscientizando os trabalhadores de que somente uma greve ativa, massiva e unitária é capaz de enfrentar e derrotar a Reforma Administrativa.

Uma greve forte depende da unidade grevista da federação, do funcionalismo público e demais explorados. A Fasubra deve agir ativamente em defesa da greve unificada, conforme deliberaram algumas bases, como SinTUFABC e SinTUFSC. Em hipótese alguma, a Fasubra pode deixar o parlamento confortável para aprovar a contrarreforma. É crucial, portanto, que a Fasubra esteja em estado de alerta para chamar uma rodada de assembleias presenciais já com indicativo de deflagração da greve nacional assim que a Reforma Administrativa for apresentada pelo Congresso Nacional.

Por fim, a Aliança das Três Esferas, articulada pela CUT, está convocando para o dia 29 de outubro, às 9h, em frente ao Museu Nacional em Brasília, uma Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa. É preciso vincular essa Marcha a um Dia Nacional de Luta, com greves e grandes manifestações de rua em todo o país, e dar um passo concreto na unificação das lutas e na preparação da Greve Geral.

Participação do POR na 2ª Plenária do Comitê Regional Unificado do ABCDMRR

Ocorreu, no dia 20 de setembro, uma plenária organizada pelo Comitê na Câmara Municipal de Ribeirão Pires. A plenária contou com a vereadora do PT de Ribeirão Pires, Fernanda Henrique, e representantes do POR, PSOL, UP, PSTU, PCB e do Comitê, além de pessoas da região, e teve por objetivo discutir a proposta do Movimento Passe Livre de criar um Sistema Único de Mobilidade (SUM) para a região do ABCDMRR.

No caso de Ribeirão Pires, a situação atual é ainda mais crítica que a de seus vizinhos: não se tem mais um cartão de transporte, já que agora é necessário utilizar o celular ou o reconhecimento facial, que trazem diversos problemas técnicos, além da dificuldade de pessoas mais idosas ou com menos afinidade a tais tecnologias; o horário dos ônibus termina antes do horário do último trem, obrigando as pessoas que vêm de longe a voltarem caminhando para casa em estradas perigosas e escuras; a frota de ônibus foi reduzida no período da pandemia e nunca restabelecida, fazendo com que o intervalo entre os ônibus seja de 50 minutos em horário de pico, podendo até passar de 1 hora e meia. Todo esse cenário ocorre diante de um controle privado dos transportes da região, como no resto da Grande São Paulo, e a discussão entrou muito pouco na questão da estatização das companhias de ônibus.

O objetivo central do Comitê é, pela via parlamentar, representada pela vereadora, avaliar a possibilidade de implementação do Sistema Único de Mobilidade, como o que existe hoje em São Cae-

tano do Sul, que é pela via do subsídio das prefeituras e do governo de São Paulo às empresas privadas de transporte. A política que deveria ser defendida, e que o POR defendeu em seu manifesto e em sua fala (ler os registros a seguir), é a da estatização de todas as empresas ligadas ao transporte público, além de passe livre para estudantes e desempregados, que não possuem salário para arcar com os custos. Para o resto da população que trabalha, devemos defender, em conjunto com a luta pelos transportes, o salário mínimo vital, que de acordo com o DIEESE deveria ser de R\$7.147,91 (em agosto de 2025), que é um salário capaz de arcar com os custos básicos da família: as empresas que devem arcar com os custos do transporte dos seus funcionários e não os governos e prefeituras.

Durante a plenária, foram trazidos dados que mostravam como a tarifa zero muitas vezes é mais lucrativa para empresas de transporte, pois é um subsídio garantido, ou seja, um investimento sem riscos para a burguesia. Para evitar o constrangimento de se posicionar abertamente a favor das instituições burguesas e de favorecer as grandes empresas de ônibus das sete cidades paulistas, a plenária buscou seu passado de luta nas ruas, lembrando as manifestações que se iniciaram no fim de 2012 e tiveram desdobramentos vistos até os dias de hoje.

Além dessa defesa escancarada da burguesia, apontaram a defesa da estatização como “idealista” e também limitaram a aproximação de contatos com o POR, que se viram interessados nas

nossas bandeiras. A crise de direção em que nos encontramos é de tal profundidade, que bandeiras antes consideradas básicas para os partidos reformistas, são hoje consideradas “idealistas”.

O POR convoca a classe operária e demais trabalhadores a exi-

girem dos partidos e sindicatos um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos e salários, mas também por serviços estatais de transporte, saúde e educação que atendam às reais necessidades da população.

Corrente Proletária – funcionários de escolas

As empresas terceirizadas não pagam os direitos, mas exigem que os trabalhadores estejam nas escolas

Os trabalhadores da vigilância do patrimônio escolar na Região da Diretoria de Ensino de Caieiras denunciam que seus direitos estão sendo violados. A empresa Ipiranga já faz dois meses que atrasa o vale alimentação. E quando os trabalhadores entram em contato com o sindicato, a direção apenas diz “se prepare para o pior”. Nos grupos de telefones, há muitas reclamações, mas a organização da greve os salários continuam em atraso. A categoria de vigilantes percebe que a situação das trabalhadoras terceirizadas da limpeza é igual a sua, mas falta uma direção classista para uni-los. Assim a empresa Liben liga para as escolas para saber se os vigilantes estão indo trabalhar, mesmo com dois meses sem receber seus direitos.

É uma situação em que os trabalhadores e as trabalhadoras têm de exigir as assembleias das direções sindicais e a unidade de todos os trabalhadores da educação na defesa dos empregos, salários e estabilidade.

A Corrente Proletária – Funcionário de Escola vem trabalhando e defendendo a formação de uma oposição classista e independente do patronato para que organize a luta unificada em defesa dos direitos. Recuperar os sindicatos para a luta em defesas das nossas próprias reivindicações e confiarmos nas nossas próprias forças.

Jornada Pedagógica na rede municipal de SP

Propaganda enganosa do governo Ricardo Nunes

Sindicatos da educação se calaram perante o teatro organizado pelo governo

A Jornada Pedagógica, realizada entre 1 e 5 de setembro nas Diretorias Regionais de Ensino, utilizou relatos de práticas em sala de aula para tentar mostrar que é possível fazer “projetos”, mesmo no caos de uma educação falida. O objetivo das Diretorias de Ensino foi desresponsabilizar o governo pela destruição do ensino. Nos relatos, não apareceram a falta de estrutura, a precariedade das condições de trabalho, nem as dificuldades cotidianas das salas superlotadas. Assim, o “sucesso” da educação capitalista parece depender apenas do empenho individual do professor, enquanto o desmonte do ensino público avança e é mascarado.

O governo ultradireitista de Ricardo Nunes concedeu apenas um mísero reajuste de 5%, dividido em duas parcelas. Cassou direitos de readaptados e trabalhadores em tratamento médico com afastamentos acima de 30 dias. Ameaçou reduzir salários ao cortar a JEI e só não o fez por conta da greve dos professores no primeiro semestre. Mas mantém as salas superlotadas, a falta de apoio especializado aos estudantes PCD. E anunciou a obrigatoriedade do Projeto São Paulo Integral para os 1ºs anos na rede totalmente desestruturada.

O governo se valeu de alguns relatos de “boa prática” para vender a imagem de que a educação pode melhorar. Mas todos sabem que a escola só funciona precariamente porque professores, ATEs e gestores a carregam nas costas. E, com o avanço da terceirização e as parcerias PPPs, tende a piorar mais ainda e avançar no fechamento de salas de aula e precarizar o trabalho dos educadores.

A ausência dos sindicatos da educação, e do Sinpeem em particular, nas regiões permitiu o uso dos docentes como propaganda gratuita. O POR onde esteve presente chamou os professores a combater o discurso ideológico que responsabiliza os trabalhadores pela falência da educação.

Em São Mateus as vaías obrigaram os organizadores a encerrarem a farsa pedagógica

Na DRE São Mateus, houve formação em 3 polos: Ceu São Mateus, Ceu Rosa da China e Ceu Sapopemba. Pela manhã, no Polo Rosa da China, os educadores rechaçaram com vaías a fala do palestrante de conteúdo de submissão à exploração, quando disse que “o professor é responsável pelo seu cansaço e precisa se reinventar”.

A jornada pedagógica da tarde no polo Ceu São Mateus também não foi tranquila para o governo. A dirigente esteve presente para tentar conter os possíveis protestos, mas não conseguiu. Usou duas táticas para isso. A primeira, mostrou um QR COD para o participante escrever reclamações, ou sugestões sobre a palestra que foi sobre Conflitos nas Escolas. Esta tática é usada pelas empresas para manter os funcionários individualizados aceitando a opressão e exploração. E a segunda de liberar os atestados de presença com antecedência.

O POR/Corrente Proletária pediu a palavra duas vezes. Como foi negado o direito de fala, puxou o protesto contra o autoritarismo da dirigente, que usou de táticas empresariais para impedir o debate entre os que vivenciam os conflitos diários nas escolas. Denunciou que o governo e a dirigente querem responsabilizar os próprios educadores pelos conflitos. E que, nesta sociedade de classes opostas, os conflitos tendem a aumentar. E que a solução passa pela luta coletiva contra a exploração e opressão. Finalizou dizendo que não podemos aceitar o avanço das medidas capitalistas que o governo Nunes vem desenvolvendo.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo - Encontros Regionais

Em Itaquera, as correntes do PSOL excluíram o POR do Congresso da Apeoesp

Em Itaquera, a Chapa 1, formada pelas ex Correntes de Oposição - PSOL, Escola na Luta, Conspiração Socialista, Caravana da Educação e algumas professoras da Articulação Sindical/PT impuseram o corte de 20% à Plenária, para impedir a participação da chapa 2, dirigida pelo POR, no Congresso da Apeoesp.

No dia do Encontro Regional para eleger os delegados, foi usado o critério burocrático de cortar os agrupamentos com menos de 20% dos votos do plenário. Dos 108 presentes, votaram na chapa 2, 13 professores, ou seja 12% dos presentes. Os demais, 95 professores, votaram com a Chapa 1. É importante destacar que o processo é tão burocrático que, além da Chapa 2 ser excluída, também foram excluídos do Congresso 54 professores que votaram na chapa 1. Isso porque a diretoria da Apeoesp reservou apenas 41 vagas para Itaquera. Resumindo, foram para o Congresso apenas 41 delegados que votaram na chapa 1 da diretoria da Apeoesp.

O POR iniciou o Encontro pedindo esclarecimento sobre como aconteceria a eleição. A mesa, formada pela chapa 1, protelou ao máximo para falar do seu objetivo de eliminar a maioria dos presentes. Ela teria de esclarecer que o corte da maioria do plenário é um ataque frontal à democracia sindical. E que a eleição nas escolas por atas não passou de mera formalidade, haja vista que haveria no final um funil impedindo uma real representação das bases.

A burocratização das ex correntes de Oposição ficou visível quando defenderam “o corte de 20%”. A Escola na Luta/PSOL chegou a afirmar que o “POR estava desqualificando o corte”. Ora, o que significa qualificar um corte? Significa impor normas burocráticas para cercear a representação real.

Outra polêmica instalada foi sobre as duas políticas opostas apresentadas pelas duas chapas para a conjuntura, em suas teses: Tese 3 – POR/Corrente Proletária na Educação/Chapa 2 e Tese 7 – Fórum de entidades do PSOL e que, no final, agregou militantes petistas, representando a chapa 1 da diretoria na região. A tese 7 e a tese da Articulação sindical não se diferenciam. Por isso, formaram a chapa 1. Ambas defendem o caminho eleitoral parlamentar, e ignoram a necessidade de assembleia da categoria para desenvolver a luta contra o desemprego e a destruição

da educação pública. A tese 3, por sua vez, insistiu na necessidade de convocação imediata de assembleia geral para construção e aprovação da greve, única forma de impedir o fechamento de mais salas de aula, o avanço das PEIS, da terceirização e do desemprego neste final de ano.

A Escola na Luta/PSOL, em sua defesa teve a ousadia de afirmar que “a política da tese 3 - POR era vazia de conteúdo”. Alguns simpatizantes do POR desempregados gritaram: “lutar por emprego a todos é uma política vazia?” Certamente para os eleitores é vazia, porque para eles “lutar” significa apenas fazer manifestações nas vésperas de eleições, a cada 4 anos. O Imobilismo do sindicato durante os últimos 2 anos e meio se deu por conta desta estratégia oportunista.

Nenhuma das correntes políticas do PSOL se sentiu constrangida com a argumentação estúpida da Escola na Luta. Isso porque, ao comporem a chapa 1 da Bebel, passaram a concordar em gênero, número e grau com a política burocrática e traidora do reformismo petista/pcdobista. Essas correntes do PSOL, que se dizem revolucionárias, estão na contramão da luta de classes. Se negaram a organizar a luta da categoria nos últimos 5 anos, porque priorizaram ficar online desde a pandemia. Como em 2023, na eleição do sindicato, o POR/Chapa 2 em Itaquera conseguiu mais de 20% dos votos das escolas, os falsos revolucionários passaram a atacar o POR abertamente, para esconder seu apoio à frente burguesa Lula-Alckmin.

Os 20% de corte aplicados pela Chapa 1 no Encontro representou um “cala boca” burocrático à chapa 2. Uma ação inadmissível num sindicato democrático. Por isso, os professores lutadores da chapa 2 e até alguns da chapa 1, na hora da votação, compararam o corte dos 20% a ação autoritária de Feder, que penaliza os professores que não alcançarem a meta de “20% do rendimento dos alunos”.

A conclusão deste processo só reforçou a ideia porista de que é preciso fortalecer a fração revolucionária em Itaquera e noutras regiões, para que junto com os lutadores consigam combater de fato os governos destruidores da educação pública e dos empregos.

São Paulo - ABC

Ato Político na UFABC em Defesa do Serviço Público e contra a Reforma Administrativa

No dia 15 de setembro foi realizado no campus São Bernardo do Campo da UFABC um Ato Político em Defesa do Serviço Público e contra a Reforma Administrativa. O ato convocado pelo SinTUFABC, pela ADUFABC e pelo DCE-UFABC ocorreu logo após a Assembleia da ADUFABC e reuniu servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes. Apesar da pouca convocação e de contar com a presença da vanguarda das categorias, a ação foi importante por ser a primeira atividade pública unitária de denúncia da Reforma Administrativa Nacional na UFABC. Cabe destacar que a Diretoria do DCE (Correnteza/Juntos) enviou uma única representante.

A CPE/POR que vem sendo linha de frente no combate à Nova Reforma Administrativa, compareceu ao ato com sua banca de materiais e pronunciamentos, em que destacou:

I) As demissões, fechamento de postos de trabalho e fábricas no Brasil, em decorrência da taxa da economia brasileira pelos Estados Unidos e da incapacidade do governo de burgueses de frente ampla em preservar os empregos e a força de trabalho;

II) Que a Reforma Administrativa aprofundará a precarização das condições de trabalho e prestação dos serviços públicos vigente nas diversas esferas administrativas devido às políticas de terceirização, privatização e subfinanciamento. É a aplicação da Reforma Trabalhista no funcionalismo público visando rebaixar direitos e o valor da força de trabalho, ampliar o arrocho salarial, reduzir cargos e concursos públicos, generalizar vínculos precários, como é o do Professor Contratado (Categoria O) da Rede Pública Estadual de São Paulo, restringir as progressões funcionais, atacar a estabilidade vitalícia e o direito de greve;

III) Que a FASUBRA está realizando rodada de assembleias nas bases para discussão do indicativo de greve nacional pelo cumprimento integral do Termo de Acordo que encerrou a Greve Nacional de 2024, e contra a Reforma Administrativa, convidando os presentes à participação na Assembleia do SinTUFABC no dia 18 de setembro;

IV) Que as massas devem se levantar para derrotar a Reforma Administrativa e defender um programa próprio, o que depende das entidades e movimentos sindicais, estudantis e populares realizar assembleias, atos unitários, e convocarem um Dia Nacional de Lutas, rumo à construção da greve de resistência nacional;

Realizada a 2ª Plenária do CRUCAP do ABCDMRR

A 2ª Plenária do Comitê Regional Unificado Contra o Aumento das Passagens (CRUCAP) da Região do ABC Paulista aconteceu no dia 20 de setembro de 2025 na Câmara Municipal de Ribeirão Pires. Assim como nos últimos anos, a política majoritária no Comitê esteve em torno da defesa da tarifa zero, que se vincula à tática de diálogos com políticos e empresários para a sua implantação. Observa-se que tal política também foi assimilada pelo Movimento Passe Livre (MPL), que está organizando uma “Jornada de Lutas” na capital federal em outubro visando dialogar com parlamentares em relação à questão da mobilidade urbana. Neste movimento, a luta contra as privatizações e em defesa do transporte estatal está secundarizada ou praticamente esquecida.

O POR compareceu a esta Plenária com o Manifesto Massas “Erguer a luta massiva pelo transporte público estatal!”, no qual aborda a crise da mobilidade urbana na região do ABCDMRR, inclusive seu caráter histórico; o problema das privatizações e dos monopólios empresariais; a crítica à política das direções burocráticas que desviam a luta para o terreno eleitoral e judicial; a vinculação da luta em defesa do transporte público à luta em defesa dos empregos, salários e direitos; a necessidade de constituir a frente única anti-imperialista e apresenta um conjunto de bandeiras para guiar a ação do CRUCAP, cuja primeira delas é a construção da frente única contra a privatização da Linha 10 - Turquesa da CPTM.

Programa de Gestão de Desempenho é disciplina gerencial contra os servidores públicos

O Programa de Gestão de Desempenho (PGD), apresentado como modernização e eficiência no serviço público federal, não passa de um instrumento de controle e disciplinamento da força de trabalho. Através de planos de trabalho individualizados, avaliações mensais, monitoramento digital e aplicação de “política de consequências”, o PGD impõe aos servidores uma lógica empresarial de produtividade que transfere para os trabalhadores a responsabilidade pela crise estrutural do Estado.

Trata-se de uma tentativa de intensificar a exploração e individualizar os vínculos laborais, sintoma patente da falência histórica do capitalismo e do caráter traiçoeiro das políticas de flexibilização do trabalho. Assim como a burguesia retira com a mão direita o que finge conceder com a esquerda, o Estado, sob o manto da “gestão por resultados”, busca arrancar mais trabalho com menos direitos, mascarando a falta de recursos, investimentos e pessoal.

O PGD divide e fragmenta o funcionalismo. Cada servidor é reduzido a um plano de entregas e metas, quebrando a solidariedade de classe e transformando colegas em concorrentes. As chamadas “políticas de consequências” são, na prática, mecanismos

de punição e chantagem, em que avaliações negativas ou não realizadas podem levar às demissões. É a lógica do chicote digitalizada.

Enquanto isso, os verdadeiros problemas do serviço público — cortes orçamentários, precarização, terceirização, sobrecarga dos trabalhadores e ausência de concursos públicos — permanecem intocados. O PGD não é solução, é parte do problema: um passo na ofensiva neoliberal contra os direitos dos servidores explorados, alinhado à Reforma Administrativa e ao desmonte do caráter público e social do Estado.

A saída não está em aceitar passivamente o aperto gerencial, mas em organizar a resistência. É preciso afirmar o contrário do PGD: controle coletivo sobre as condições de trabalho, redução da jornada sem redução de salários, contratação massiva de servidores públicos e garantia de condições dignas de atendimento à população. Em vez de aceitar serem tratados como peças de engrenagem de uma máquina de gestão, cabe aos explorados do serviço público retomar sua organização independente e lutar por uma verdadeira transformação social.

Derrotar a reforma administrativa do Congresso Nacional e do governador Tarcísio de Freitas

Os ataques do governo do estado de São Paulo tem, agora, o objetivo de continuar com a implantação da reforma administrativa, centrada na substituição do salário pelo subsídio e pelo fim da estabilidade do funcionalismo. A reforma administrativa se soma às contrarreformas, trabalhista, previdenciária, terceirização etc. Trata-se de mais um instrumento para pôr fim aos direitos do funcionalismo público em geral. Apesar de a reforma administrativa não ter sido aprovada no Congresso Nacional, os governadores, sejam de direita ou de centro-esquerda, já vêm implantando nos estados.

No caso de São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas, segundo a direção da Afuse, chamou o sindicato para uma mesa de negociação. Cada um levou seu “Plano de Carreira”. Como a direção da Afuse não usa como princípio a discussão coletiva por meio das assembleias, prontamente se dispôs a negociar. Para o direitista Tarcísio, essa conduta da direção da Afuse é um prato cheio para impor a eliminação de antigas conquistas dos funcionários de escolas.

A Corrente Proletária/POR, a cada reunião de Representantes de Escolas, vem insistentemente exigindo que a direção da Afuse

convoque a assembleia estadual. E mostrando a farsa de uma negociação com o governo sem preparar a luta coletiva dos funcionários. Ao mesmo tempo, impulsiona a campanha nacional do POR contra a Reforma Administrativa, que está prestes a ser aprovada no Congresso Nacional. Para isso, levanta a bandeira de que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas e pelo fim das contrarreformas, entre elas a reforma administrativa.

Reunião de 12 de setembro

O dirigente regional de ensino de Franco da Rocha informou sobre a mesa de negociação, que envolve o “Plano de Carreira” da Afuse e o “Plano de Carreira” do Governo. Nessa reunião, destacou a presença do grupo Avante que faz a defesa do subsídio no lugar de salário. Esse grupo Avante é uma organização fora da Afuse, que procura negociar com o governo em nome dos funcionários. Por outro lado, diante de um plano que será uma tragédia para o Agente de Organização Escolar, a direção da AFUSE coloca confeites nessa suposta negociação.

Como se vê, a situação é grave. Está aí por que a Corrente Proletária denuncia a direção do sindicato por não preparar a luta coletiva. Sem a greve, sem a unidade com os demais trabalhadores da educação, a reforma administrativa em São Paulo continuará sendo imposta.

O fechamento de sala de aula, fechamento de noturno, ataque a EJA presencial e escola integral afeta os funcionários de escola?

Além do governo implantar a reforma administrativa, a reorganização das escolas tem sido um duro ataque aos funcionários de escolas. Na reunião de representantes de escola, no dia 12 de setembro, militantes da Corrente Proletária da educação e outros funcionários da base questionaram a ação dos diretores das escolas da região de Caieiras sobre o fechamento gradual do período noturno até 2027. Na verdade, já faz um tempo que essas mudanças ocorrem, mas o estado precisa completar seu objetivo de acabar com o período noturno. Além de expulsar o estudante-trabalhador, o fechamento vem demitindo professores, deslocando funcionários efetivos e ampliando os contratos temporários por um ano.

O estado não convoca concurso e utiliza o contrato temporário por um ano.

O que tem feito a direção da Afuse? Nada! Não faz um trabalho de visita às escolas e não convoca as assembleias regionais e estaduais. Está aí por que Tarcísio e seus porta-vozes nas escolas estão de mãos livres para continuar com os ataques aos funcionários, que inclui o avanço da terceirização nas escolas. A Corrente Proletária chama os funcionários, efetivos, contratados e terceirizados, a se organizarem e fortalecerem esse setor de oposição à burocracia da Afuse, para recuperar o sindicato para a luta.

ABAIXO A CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA!

Que as centrais sindicais saiam da paralisia e convoquem assembleias para organizar a greve nacional unindo trabalhadores de todos os níveis da administração pública!

Em defesa dos concursos públicos, da estabilidade vitalícia e do direito irrestrito de greve!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



**Corrente Proletária
NA EDUCAÇÃO**

☎ (11) 95446-2020 | por-massas.org | @massas.por | ancher.fm@por-massas.org

São Paulo

Eleições do DCE Livre da USP

As eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) Livre da USP ocorreram em setembro. A chapa vencedora foi a Chapa 1 – “Pra dizer nosso nome: Unidade é pra lutar!”, com 4.095 votos, representando uma coligação formada por Correnteza (UP), Juntos! (PSOL/MES), UJC (PCB), Rebelião (PSTU) e Vamos à Luta (CST). Concorreram também outras duas chapas: Chapa 2 - Intifada, do MRT (501 votos) e chapa 3 - tempo de virar: por um novo DCE, de correntes francamente governistas como a UJS/PCdoB, Afronte/Resistência/PSOL e Levante Popular da Juventude (1444 votos). Os votos brancos e nulos foram 27.

A chapa vencedora centrou fogo na concorrente francamente governista, defendendo a necessidade de um DCE independente do governo Lula, já que em relação ao governo estadual todas elas se colocaram formalmente contra. A expressão “francamente governista” utilizada aqui é para indicar que aqueles que supostamente combatem o governo são muitas vezes corria de transmissão de suas políticas, ajudaram (todos eles) a eleger o governo

burguês de frente ampla e não fazem um combate consequente às políticas deste governo, por exemplo, não defendem a necessidade dos sindicatos e centrais romperem com o governo e levantar um movimento que supere o binômio petismo-bolsonarismo através das necessidades urgentes da classe operária, demais trabalhadores e juventude oprimida. É de se esperar que o conjunto da chapa vencedora chame o voto novamente no PT nas próximas eleições, confirmando assim que não se trata de uma oposição de fato.

Essa eleição tem grande relevância política, uma vez que ocorre em um momento nacional de ataques à soberania nacional pelos EUA, guerras de dominação pelo mundo, além de problemas relativos à educação como os cortes, ameaças à autonomia universitária, e aos direitos dos estudantes. O problema da PM no campus, a terceirização em larga escala, os inúmeros contratos precários de professores são problemas que passaram longe do debate eleitoral para o DCE. Até agora, as correntes que compõem a chapa 1 tem falhado sistematicamente em dar uma resposta classista aos prin-

cipais problemas enfrentados pelos trabalhadores. Um primeiro desafio dessa gestão será a eleição para reitor na USP que acontecerá em novembro. A tarefa do movimento estudantil organizado é intervir nesse processo eleitoral de forma organizada, com uma

política e reivindicações próprias. O primeiro passo é convocar uma assembleia geral para debater o problema, ouvir o conjunto dos estudantes e organizar a luta, o que, até o momento que fechamos essa edição, ainda não ocorreu.

Rondônia

Marcha das mulheres negras

As lideranças das mulheres negras, vinculadas ao Comitê Nacional da Marcha, organizaram a 1ª Marcha das Mulheres Negras de Rondônia, que teve como bandeira: “Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver”. Essa primeira marcha, além das reivindicações, teve o objetivo de preparar a militância para participar da marcha nacional que acontecerá no dia 25 de novembro em Brasília.

A manifestação organizou atividades em dois dias que consistiu de uma audiência pública na Assembleia Legislativa no dia 11 de setembro com reivindicações em termos de ampliar a proteção à mulher no estado de Rondônia, que está entre as mais altas estatísticas de feminicídio e outras violências contra a mulher. As representações de lideranças de vários municípios do estado realizaram intervenções com diferentes denúncias de violências contra a mulher negra e cobraram que o governador pusesse de pé, políticas públicas de atendimento às mulheres vítimas de violências. Assim, percebemos que as reivindicações são motivadas por lutas de cunho feminista sexista e conciliadora, que obscurece as questões vinculadas à luta de classes.

No dia 12, aconteceu uma manifestação de rua a qual teve uma concentração no pátio do CPA, centro administrativo do estado, caminhando até a Praça das Caixas D'Água. No decorrer da manifestação aconteceram várias intervenções, cuja militância predominantemente colocou que as condições para libertar a mulher

negra estão nas mãos do parlamento, da legalidade. Para os organizadores, o fundamental está em que o parlamento, por meio do voto e das leis rígidas, pode oferecer condições de amparo às mulheres vítimas de violência. Referem-se às casas/abrigo, medidas protetivas e educação contra as ações de opressão do homem sobre a mulher. Por essa via, o feminicídio poderá ser resolvido. Na realidade, essa posição não fez senão evidenciar que a Lei Maria da Penha não tem como ser consequentemente aplicada pelo Estado burguês.

Na intervenção da Corrente Proletária da Educação, mostramos que as medidas tomadas até hoje contra toda ordem de opressão não passam de paliativos que vão prologando as demais formas de opressão de classe e que a libertação da mulher negra e o fim de qualquer forma de opressão só serão possíveis com o fim das desigualdades sociais, que será obra da revolução social.

As reivindicações democráticas de defesa da mulher serão impostas pela via da luta de classes e não pela vontade parlamentar dos representantes da burguesia e defensores da propriedade privada dos meios de produção. De forma que o justo movimento contra o feminicídio e todo tipo de opressão sobre a mulher, bem como toda a violência racial, deve se colocar no caminho da luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem classes, o comunismo.

Rio Grande do Sul

Crítica à atuação das correntes centristas em Porto Alegre

Não é segredo que o Rio Grande do Sul carrega uma tradição política conservadora sustentada pela polarização entre as frações da burguesia, mesmo já tendo sido cenário do surgimento de movimentos dos explorados, como o MST nos anos 70, e de experiências consideradas “progressistas” pelos reformistas, como a implementação do orçamento participativo em Porto Alegre nos anos 90, além da resistência e combatividade de grupos estudantis contra a ditadura militar. Apesar de episódios de grandes lutas, o Rio Grande do Sul não pode ser comparado a outros estados quando se trata do movimento de massas, operário e camponês. A passividade das classes exploradas se sobrepõe aos episódios esporádicos - e sem continuidade - de reação à exploração capitalista. Isso está associado à própria formação histórica do capitalismo na região e às relações entre as classes também estabelecidas historicamente, refletindo na constituição das organizações políticas, mesmo em se tratando de seções de organizações nacionais e mesmo internacionais.

Um dos fenômenos particulares, produto das condições históricas locais, é a tendência das organizações políticas autodeclaradas socialistas, comunistas e revolucionárias à atuação anarquista.

A completa subordinação da classe operária e dos explorados em geral à polarização burguesa não deixa espaço para a autoconstrução partidária das correntes centristas, nem sequer nos meios pequeno-burgueses, como o movimento estudantil ou serviços públicos. As seções riograndenses dessas correntes (como PSTU, MRT, OCI, PCBR) ficam marginalizadas dos movimentos e recorrem, para se erguer, às ações alheias aos movimentos e às massas.

Um exemplo disso foi a campanha nacional contra a escala 6x1, que tomou grandes proporções. No Rio Grande do Sul, não houve um apelo considerável das massas a essa campanha, obrigando as centristas a realizarem ações de iniciativa própria, elegendo a rede Zaffari como principal expressão da escala de trabalho exploratória e declarando uma greve dos funcionários dessa rede sem ter qualquer relação com os mesmos ou com seus sindicatos. Uma série de atividades foi planejada em reuniões de cúpulas entre as organizações e coletivos, que resultaram em atos de rua cuja presença se reduzia aos seus militantes e serviram para constranger os trabalhadores da rede Zaffari, inclusive causando exposição e demissões.

Na última semana, uma situação similar teve início na Universidade Federal do RS. Os centristas resolveram reproduzir a luta que acontece em âmbito internacional contra o genocídio na Palestina, pulando a etapa da mobilização das massas e do trabalho cotidiano nos movimentos, indo direto para a realização de uma “ocupação” na UFRGS, com a participação apenas deles mesmos, declarando que “os estudantes resistem”, “os estudantes lutam”, sem que nenhuma assembleia tenha sido realizada na universidade, sem que nenhum tipo de atividade política, seja de formação, de discussão, de manifestação tenha sido convocada. Simplesmente pegaram suas barracas, as montaram no campus central e declararam se tratar de uma ocupação do movimento estudantil, de uma manifestação “dos estudantes” da universidade contra o genocídio e contra as relações da UFRGS com Israel. Mas isso é uma falsificação da atual situação do movimento estudantil, que se encontra paralisado, com seus aparatos controlados totalmente pela burocracia vinculada aos partidos do atual governo, e que não sabe o que é uma assembleia há mais de cinco anos. Durante todo o tempo, essas correntes permanecem na passividade. Não fazem o trabalho de propaganda e agitação em torno aos problemas nacionais, regionais e particulares da educação.

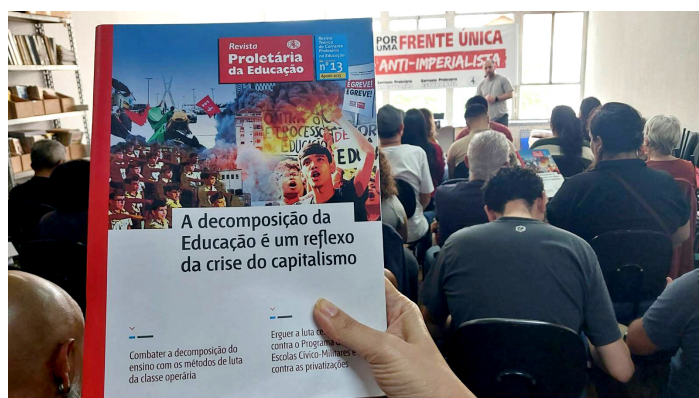
As correntes centristas agem como anarquistas, realizando ações que não se vinculam às massas, aos trabalhadores, aos estudantes. Ações que não têm receptividade entre a juventude e os trabalhadores. Recusam-se a travar a luta contra as direções burocratizadas e pelo reavivamento dos movimentos. Contribuem assim para perpetuar o domínio das direções burocráticas e a subordinação dos movimentos ao controle dos partidos governistas.

O marxismo, à luz da experiência histórica do proletariado mundial, nos ensina que quem realiza as transformações históricas são as massas, e não dirigentes autodeclarados. Não é através do “exemplo” de “grupos corajosos” que as massas vão se mobilizar, mas sim através da sua auto-organização para defender suas próprias reivindicações e isso passa por construir o programa da revolução social, ou seja, o partido operário revolucionário, no seio das massas. As greves, as ocupações e a ação direta em geral só são reais e alcançam expressão política quando construídas na luta de classes e quando encarnam a luta de classes.

POR realiza o lançamento do número 13 da Revista Proletária da Educação em SP

A Regional SP do partido realizou, no dia 14 de setembro, a atividade pública de lançamento de sua última Revista Proletária da Educação. Na ocasião, foram lançadas outras duas publicações, no caso, dois folhetos intitulados “Resposta marxista à opressão sexual” e “A luta dos marxistas na defesa do direito ao aborto”. A reunião contou com a presença da militância e de simpatizantes. Houve uma separação em dois momentos: primeiro, um companheiro foi destacado para apresentar a essência e a importância da Revista, abrindo depois às intervenções do plenário; depois de um breve intervalo, houve o segundo momento, com duas exposições sobre os folhetos, finalizando com a abertura novamente para colocações dos presentes.

Na apresentação da Revista, o companheiro destacou cinco aspectos: abriu demonstrando o caráter da publicação, caracterizando-a como uma ferramenta de combate político-ideológico. Trata-se de uma compilação de artigos publicados no fogo da luta, contendo respostas concretas aos problemas que têm afetado a Educação, os trabalhadores do setor e os estudantes. Essa observação é importante, pois não são artigos acadêmicos, meramente informativos; neles é possível verificar as caracterizações e o vínculo entre tática e estratégia, o que implica dizer que refletem a aplicação prática do programa da classe operária. Analisando a Revista de conjunto, pode-se verificar a consistência da linha política da Corrente Proletária, na medida em que se nota uma coesão entre as análises e as bandeiras aplicadas nos diferentes movimentos, de professores, funcionários e estudantes, na Educação Básica e no Ensino Superior, seja na esfera municipal,



na estadual ou na federal.

Feita essa observação mais geral, o companheiro passou a apresentar os três eixos que conformam a Revista, sendo eles: I) a decomposição da Educação como reflexo da crise do capitalismo; II) a militarização como expressão do fortalecimento das tendências fascistas e obscurantistas; e III) o avanço da privatização como uma resposta política da burguesia, que manifesta a necessidade de valorização dos capitais diante do fenômeno da superprodução de valores. A exposição contou ainda com o levantamento das consignas referentes a cada um desses eixos aplicadas pela Corrente Proletária nos movimentos, confirmando a perspectiva prática citada na abertura do pronunciamento.

O quinto e último aspecto da apresentação foi o da seção de Formação. O expositor lembrou que se trata de uma tradição das Revistas Proletárias da Educação a inserção de artigos dos clássicos do marxismo que tenham relevância para a luta revolucionária no presente. Nessa Edição, foram escolhidos três documentos: “Sobre a questão da escola socialista”, escrito por Krupskaya em 1918; “O Partido Comunista e o Parlamentarismo”, resolução aprovada em 1920, no Segundo Congresso da III Internacional; e o Manifesto do CERQUI sobre os 90 anos do POR boliviano.

As intervenções do plenário desenvolveram questões específicas, complementando a exposição inicial. Surgiram considerações sobre os leilões privatistas de Tarcísio, sobre as avaliações externas, o autoritarismo e o fechamento de salas no ensino integral, a concepção marxista da unidade entre teoria e prática, a traição das direções sindicais reformistas e centristas, a

importância do método da ação direta, a bandeira da estatização do ensino privado, entre outros pontos. Como avaliação geral, é possível dizer que foi um encontro riquíssimo, onde foram abordados diversos temas, de relevância indiscutível para a luta dos que estudam e trabalham, em defesa da Educação pública.

Eis o roteiro da apresentação da Revista:

1. A Revista Proletária da Educação Nº 13 é fruto da ação prática da Corrente Proletária na Educação / POR. É um instrumento de intervenção na luta de classes, denunciando a crise capitalista na educação e apontando um programa revolucionário.

2. A decomposição do ensino possui múltiplas manifestações, como o analfabetismo, sucateamento, reformas reacionárias, evasão, precarização, entre outras. É expressão da crise estrutural do capitalismo. Esta tem em sua raiz a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. As fronteiras nacionais representam uma camisa de força para o desenvolvimento da economia, o que tem sido confirmado pelo protecionismo alfandegário de Trump. O Estado burguês aplica as contrarreformas, a exemplo do Novo Ensino Médio, cortes de verbas, avanço do EaD, terceirizações e, principalmente, a trabalhista e a previdenciária. Essa realidade impõe aos explorados a luta contra cada manifestação da barbárie capitalista, fazendo a ligação entre as reivindicações mais sentidas e o programa socialista. Está colocada a luta contra os programas educacionais da burguesia e seus governos, que são privatistas e de precarização do ensino público; pôr abaixo as contrarreformas; fim do EaD, da plataforma e das terceirizações; estatização do sistema privado e criação de um sistema único, público, científico, para todos e em todos os níveis, sob controle de trabalhadores e estudantes

3. A militarização e os projetos de escolas cívico-militares correspondem ao avanço das tendências fascistas e obscurantistas. A burguesia, diante da resistência estudantil e docente, recorre à polícia e ao Exército para disciplinar a juventude e impor o medo. Os movimentos sindical e estudantil devem se colocar pelas bandeiras: abaixo as escolas cívico-militares; fora a polícia das escolas; defesa da escola pública, democrática e controlada por quem estuda e trabalha.

4. A privatização é uma necessidade do capital diante da crise de superprodução. No ensino superior já avançou muito; na educação básica, se expressa via terceirizações (merenda, limpeza, segurança), EaD, plataforma e agora até com o leilão de escolas na Bolsa de Valores. As consequências são as piores possíveis: rebaixamento da força de trabalho, fechamento de salas e turnos, liquidação da EJA, divórcio ainda maior entre teoria e prática, com a expansão do EaD etc. Daí a necessidade de erguer a luta pelo fim das privatizações e terceirizações, em defesa da estatização de todo o ensino privado, sem indenização.

5. Sobre os textos de formação: a) Krupskaya – “Sobre a questão da escola socialista” (1918); b) Resolução da III Internacional – “O Partido Comunista e o Parlamentarismo” (1920). O primeiro demonstra que a escola burguesa é um instrumento de dominação, e coloca a ideia de que a escola socialista deve ser livre, crítica, multilateral, sem adestramento ou quartelização. É importante notar que se trata de um texto redigido na Rússia após a Revolução de Outubro, quando se abriu o processo de transição do capitalismo ao socialismo, com a expropriação da burguesia e a constituição de um Estado Operário. Krupskaya formula que a luta pela educação pública deve se ligar à luta pelo socialismo. O documento da III Internacional foi selecionado devido às experiências grevistas e às mobilizações dos trabalhadores em Educação no último período, todas desviadas para o beco sem saída da pressão parlamentar. A Corrente Proletária sentiu a necessidade de publicar esse rico material, tendo em vista a necessidade de nadar contra a corrente, combatendo o cretinismo parlamentar das direções, que alimentam nas massas a ilusão de que podem resolver seus problemas por meio das instituições da burguesia. A Resolução do Segundo Congresso da Comintern define que o Parlamento burguês é um instrumento de opressão, mas pode ser usado como tribuna revolucionária. A centralidade está nos métodos da luta de classes e na consigna estratégica da ditadura do proletariado.

6. Conclusão: a Revista é um instrumento de luta e formação para organizar estudantes e trabalhadores contra a decomposição do ensino e a ofensiva burguesa. Realizamos nessa atividade um chamado à ação: fortalecer a Corrente Proletária, impulsionar a luta direta e unificada, e vincular as reivindicações imediatas à luta pelo socialismo!

Apresentação da Revista Proletária da Educação

“Primeiramente, uma saudação aos companheiros e companheiras. Vamos realizar o lançamento de três materiais distintos. Em primeiro lugar, um debate sobre a Revista Proletária da Educação. Esse é o décimo terceiro número da nossa Revista da Educação.

Eu fiquei encarregado de fazer uma introdução. E, na sequência, faremos a apresentação de dois folhetos publicados recentemente também pela Corrente: um sobre a questão da opressão sobre os homossexuais e outro sobre a questão do aborto.

Outros camaradas também já estão preparados para fazer uma breve apresentação. A dinâmica é a seguinte: vou expor a questão sobre a revista e, depois, abriremos ao debate. Na sequência, realizamos a apresentação dos folhetos e abrimos novamente para discussão.

Essa é a revista número 13. Está sendo lançada num momento bastante delicado da conjuntura, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e das tendências fascistas, o que torna extremamente importante o debate sobre os seus reflexos, em particular sobre a educação.

A revista número 13 tem, basicamente, quatro grandes eixos. O primeiro deles é justamente a ideia de como que a crise do capitalismo acaba se refletindo na forma de falência do ensino, de decomposição da educação. Esse é um aspecto, um eixo que estrutura a revista.

Há um segundo tópico mais geral que percorre uma série de artigos que tem a ver com a militarização da educação, em particular com o projeto aqui em São Paulo das escolas cívico-militares, do governo Tarcísio. Mas não só, porque existe a discussão nacionalmente.

E o terceiro tópico tem a ver com o problema da privatização, que é uma questão bastante avançada no ensino superior e que vem avançando na educação básica. Novamente, da mesma maneira como o processo da militarização, temos um avanço do processo de privatização em São Paulo, mas não exclusivamente em São Paulo, no país inteiro, vemos esse processo se ampliando.

Existe um quarto ponto que eu quero fazer referência especial, que tem a ver com os textos de formação, que escolhemos para constar desse número da revista. Então, esses quatro pontos conformam os aspectos gerais.

Antes disso, como introdução, acho que vale a pena refletir o caráter da revista e o seu método de construção. Merece um destaque particular esse item. A nossa revista não é uma revista de artigos acadêmicos. A Revista Proletária da Educação tem uma característica muito marcante, que tem a ver com o fato de ser uma arma de combate na mão da militância da corrente proletária, do Partido Operário Revolucionário e que, ao mesmo tempo, reflete essa militância.

Ela tem esse caráter vivo de uma seleção de documentos que foram elaborados, formulados, na luta. A partir do trabalho coletivo da militância e da corrente, no fogo cruzado da luta de classes, vamos, com o programa na mão, intervindo junto aos movimentos, dando resposta aos problemas. Vale a pena ressaltar esse aspecto, porque é algo que se distingue dos materiais que vemos das outras correntes.

Em primeiro lugar, há uma regressão, de maneira geral, do ponto de vista ideológico das esquerdas. Tem sido difícil encontrar quem ainda mantenha essas publicações. A maior parte se socorre hoje das redes sociais, não publica nem o seu próprio jornal. O POR resguarda POR a linha de continuar publicando seus materiais, fazendo a propaganda revolucionária, empunhando a luta ideológica, que é tão importante.

Mas mesmo as que ainda publicam não têm esse caráter que tem a nossa revista. E considero extremamente importante esse fato. Então, é uma revista que serve de instrumento da luta política, da intervenção classista que travamos no campo da educação. E apontando para um programa revolucionário. Isso é uma característica que é bastante importante.

Em segundo lugar, ressaltamos o fato de formulação coletiva, uma revista que expressa a intervenção viva e que aponta uma saída revolucionária para os problemas em geral enfrentados por estudantes e trabalhadores. Acharmos que esses elementos merecem a nossa atenção. Sobre o ponto da decomposição do ensino, a gente tem inclusive feito um acompanhamento desse processo.

É um processo histórico de uma profundidade bastante grande. Inclusive que extravasa a realidade brasileira. Aqui nós temos as particularidades de um país semicolonial como o Brasil. Mas, de maneira geral, estamos em meio a crise do capitalismo, que acaba se refletindo no interior da educação.

E são múltiplas as expressões dessa barbárie. De um lado, temos a juventude que não aprende ou pouco aprende: o analfabetismo funcional e o analfabetismo mesmo, estrito senso, que permanecem como uma tarefa democrática que o nosso país ainda não resolveu. De outro, uma juventude que sofre com o desemprego e o subemprego. (...) O que tem sido amplificado pelo fato de existir uma platformização do ensino onde ninguém aprende nada e se ensina a distância. O que, de fato, representa um retrocesso muito grande.

São várias as faces dessa decomposição. É o jovem que não aprende, é o trabalhador que está cada vez mais esmagado por gestões escolares, diretoria de ensino, órgãos do próprio governo que atuam de maneira extremamente autoritária, truculenta.

O partido está em uma campanha de defesa da democracia nas escolas contra o autoritarismo. Um fortalecimento dessa tendência de esmagamento do trabalho do professor, seja pela via do autoritarismo, seja pela das extensas jornadas de trabalho, seja pela das cobranças absurdas. Inclusive, no caso das escolas de tempo integral, padecemos da importação do modelo, que é o da escola privada, empresarial. O professor do sistema público tem de se sujeitar a esse ditame, de forma a abrir mão da autonomia da elaboração do conhecimento e da didática. Está sendo imposta pelo Estado uma camisa de força do sistema privado-empresarial. Toda resistência tem sido atacada pela burocracia escolar, orientada pela política altamente centraliza do governo. Chegamos à situação em que os docentes não rezam a cartilha é perseguido e pode ser demitido arbitrariamente.

Isso é uma realidade do PEI e que está chegando cada vez mais forte nas escolas regulares. São expressões do obscurantismo escolar e da barbárie: arrocho salarial, fadiga profissional, pressão administrativa intensa, violência, repressão policial etc. São diversos elementos que compõem a situação geral em que se manifesta a decomposição da escola pública, como parte da decomposição do sistema de ensino regido pela supremacia da educação empresarial.

Como afirmei, trata-se de reflexos da crise estrutural do capitalismo. O capitalismo da época do imperialismo impõe essa camisa de força. A tendência de crescimento das forças produtivas altamente avançadas é obstaculizada pelas relações de produção.

E esse elemento básico do funcionamento do modo de produção capitalista na época do imperialismo impede o florescimento das forças produtivas e impossibilita, inclusive, o entroncamento entre a ciência e a produção social, gerando um afastamento cada vez maior, um divórcio cada vez mais profundo entre a escola e a produção social.

A propriedade privada dos meios de produção faz com que a escola fique a quilômetros de distância da realidade, do mundo real. Aí se encontra a raiz da crise por que passa a educação. O Estado burguês, nesse quadro geral, vai aplicando as contrarreformas, o que amplifica a crise, tornando cada vez mais agudas as contradições.

A reforma trabalhista, previdenciária, a do novo ensino médio, enfim todas essas reformas foram golpeando os serviços públicos de maneira geral, e, em particular, a educação. Está em andamento reforma administrativa, cuja função é da submeter o funcionalismo a um regime disciplinar empresarial.

Há informações que o projeto em curso no Congresso Nacional visa enquadrar a maior parte das funções exercidas pelo funcionalismo na forma contratual do tipo categoria O. Substitui-se a estabilidade pela instabilidade no trabalho. Estende-se, portanto, a contrarreforma trabalhista antioperária ao funcionalismo como um todo. Essa implantação já está bem avançada no sistema público de educação. É tudo que a burguesia almeja: uma precarização que golpeia os trabalhadores e possibilita a diminuição dos gastos públicos com a educação.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

Desse conjunto de elementos, dessa análise da decomposição do ensino, derivam algumas bandeiras que são importantes a destacar. Em primeiro lugar, a ideia da revogação das contrarreformas, a luta para que não se aprove a reforma administrativa e outras medidas que retirem direitos. O fim do ensino a distância, da plataforma do ensino e da terceirização. E, principalmente, a bandeira de estatização do ensino privado, de criação de um sistema único de ensino, que seja público, gratuito, para todos, em todos os níveis, que esteja sob o controle dos trabalhadores e estudantes, e que estabeleça o vínculo da teoria com a prática, em uma relação de interdependência.

O segundo tópico, mais geral, tem a ver com a militarização das escolas. A militarização corresponde ao avanço das tendências fascizantes e obscurantistas da burguesia. Tem a ver com a necessidade do governo e da burguesia de esmagar a resistência tanto de estudantes como de professores.

Sabemos que ainda está muito viva na memória da burguesia aquelas ondas de ocupação de escolas em 2015 e 2016. Existe a necessidade de disciplinar o movimento estudantil, de calar, de cercear a expressão, a organização do movimento estudantil, mas também do movimento de professores e de funcionários.

Então, a ideia é militarizar a escola como forma de impor uma disciplina, uma obediência cega, impor a passividade pela via de medo. A imposição do medo é um mecanismo para aprofundar a política de desmonte do ensino. Existem vários artigos na revista respondendo essa questão, levantando as bandeiras de abaixo as escolas cívico-militares e fora a polícia das escolas, bem como de defesa da escola pública, da escola democrática. Linha política que está de acordo com a campanha, a que fiz referência no começo da exposição, contra o autoritarismo, contra o processo de fechamento das escolas à vida política do país e do mundo. Fechamento no sentido de enforcamento da discussão e da organização, que são do interesse e da necessidade dos trabalhadores e da juventude e oprimida.

O terceiro grande eixo da revista tem a ver com o problema da privatização. São diversos artigos dedicados a assunto e, de maneira geral, temos colocado, do ponto de vista da análise, o problema da privatização como a resposta da burguesia diante da crise do capitalismo e, em particular, do processo da superprodução de valores. Então, se observa a necessidade da burguesia de ir abocanhando novos setores como forma de valorizar o seu capital.

Com o mecanismo de leilão nas bolsas de valores e de outras formas de privatização, como o de implantação da terceirização, passo a passo os governos vão entregando os serviços públicos à exploração de grupos econômicos. Por exemplo, avança a terceirização no campo da merenda, da limpeza e da segurança.

É escandalosa a forma esse processo vem sendo conduzido: vira e mexe, o movimento dos trabalhadores dessas atividades se choca com a privatização, tendo que se levantar nas escolas porque há atraso de três ou quatro meses no recebimento dos salários.

A última greve, por exemplo, dos municipais de São Paulo contou com a presença ali no meio da mobilização, durante o nosso processo de greve, do movimento desses trabalhadores, que se somaram a nossa mobilização na rua. A empresa há vários meses não pagava os salários, o que obrigou os trabalhadores a entrarem em greve e confluírem com a luta dos professores. Esse é o caminho da unidade para combater a privatização do ensino e defender o sistema público, bem como derrotar a política de militarização das escolas e sua transformação em cívico-militares.

Sabemos que é muito mais difícil para o movimento de trabalhadores das empresas terceirizadas se organizarem, porque o sindicato é uma lástima, é pior do que os sindicatos que já existem no movimento docente, que são já movimentos bloqueados por uma política burocrática de suas direções. Ocorre que esses sindicatos que organizam os trabalhadores terceirizados, em grande medida, são sindicatos patronais.

Há uma dificuldade muito grande de mobilizar essa categoria, em que pese o fato de ser um setor ultraexplorado e oprimido. Essa trava favorece o objetivo da burguesia e dos governantes de expandir a privatização. A burguesia mira esse tipo de funcionamento das relações trabalhistas, porque o objetivo deles com a reforma administrativa, por exemplo, é caminhar para isso, é transformar todo mundo, nivelando para o baixo, nesses trabalhadores terceirizados. Prevalece a ideia de os trabalhadores ganharem menos, trabalharem mais e terem menos direitos. A rápida constituição empresas terceirizadas abrange o conjunto das relações de trabalho, o que equipara de certa forma a fábrica, o comércio e o sistema escolar.

No ensino superior, esse processo de privatização já avançou muito, na educação básica ela vem avançando e vai se expressando também, como dissemos, com o ensino à distância. Tem circulado informações sobre o vínculo da educação com as big techs. Os contratos são milionários. É muito dinheiro dado ao Google e companhia, por conta do uso das plataformas. Um exemplo: o ensino de inglês na rede estadual de São Paulo já é realizado, no ensino médio, 100% pelas plataformas. Não existe aula mais de inglês no ensino médio da rede estadual. O professor virou tutor para aplicação das aulas ministradas pelas das plataformas. As aulas e avaliações são feitas por dentro de um aplicativo chamado Speak. Quem tem posses pode melhor se encaixar na modalidade. O processo de privatização vai se dando por dentro desse mecanismo do ensino a distância, da plataformação.

Estou destacando as bases concretas de onde emergem as bandeiras programáticas do POR. Destacam-se as bandeiras de fim das privatizações e das terceirizações. Estatização de todo o ensino privado. E, novamente, a defesa do sistema único de ensino público gratuito, científico e laico. Esses três pontos, de forma geral, compõem uma unidade e expressam a realidade que das escolas.

O último aspecto tem a ver com os textos de formação. Já é uma tradição da Revista Proletária da Educação expor as experiências e assimilar as conclusões teóricas. Em todos os números, sempre publicamos documentos dos clássicos.

Nesta revista editamos dois textos. Destaco, em particular, o texto da Krupskaya, que foi uma militante extremamente importante do partido bolchevique, uma das fundadoras do bolchevismo na Rússia. Foi companheira do Lênin. E tem diversos textos sobre o problema educacional, pedagógico, abordando o problema da escola a partir da perspectiva marxista.

O texto se chama Sobre a Questão da Escola Socialista. É um texto de 1918. Portanto, posterior à tomada do poder na Rússia. E, de maneira geral, é um texto que aponta a ideia da escola burguesa como um instrumento de dominação, como parte da sua estrutura ideológica, e a necessidade que a burguesia tem de utilizar a educação como um meio para o seu domínio político e ideológico das massas. Em contraposição, a Krupskaya teoriza na condição de quem está dentro da escola soviética, contribuindo com o Lunatcharski e com o próprio Estado Operário, para construir uma nova escola, a escola socialista.

Enquanto predomina na escola burguesa o autoritarismo, a perseguição etc., a escola socialista deve ser livre, ser crítica. Deve servir, de fato, para desenvolver as múltiplas potencialidades humanas. Do ponto de vista de nossa atualidade, a concepção marxista é totalmente avessa a esse ensino integral, que é vendido como algo que vai ter um desenvolvimento multilateral do jovem etc.

Um parêntese. É importante aqui falarmos sobre o problema do integral, porque a rede municipal acabou de publicar uma legislação, aprofundando, expandindo o chamado São Paulo Integral, que é o projeto do município voltado a essa questão. Então, a “multilateralidade” é uma questão que está na ordem do dia.

E o que a gente vê, é que as direções sindicais, de maneira geral, capitularam diante do integral. Isso por se dizerem favoráveis a uma concepção de ensino integral. E o que acontece na prática é que, dada essa concessão, acaba resultando na aceitação do projeto tal como está e na apresentação de remendos.

Essa crítica e o consequente posicionamento são feitos quando se aprovou a escola de tempo integral. Antes, inclusive, durante todo esse processo, a revista documentou esse posicionamento do partido. Afirmamos que o que existe é esse ensino integral que é imposto pela burguesia e que não tem nada a ver com o desenvolvimento multilateral, que está apenas no discurso da burguesia, para poder fazer passar mais uma contrarreforma.

Na prática, a que tem servido? O integral tem resultado em quê? Tem resultado no fechamento do noturno. Então, temos uma onda de fechamento de salas que é brutal. Na rede estadual acaba também de ser publicada uma série de normativas nesse sentido, que vai acabar resultando no fechamento de muitas salas.

Um ataque à EJA, lembrando que a EJA é basicamente utilizada pelo estudante trabalhador, se contrapõe ao direito de educação a todos. É bizarro porque a reforma do ensino médio, como parte das contrarreformas, permite uma EJA 100% virtual. E o governador Tarcísio já encaminhou uma legislação sobre essa grotesca norma. Quer dizer, fecha o noturno e coloca os estudantes em polos espalhados pela cidade. Pretende-se que consigam um diploma pela via das aulas virtuais, por meio das quais não se aprende nada.

Monta-se um ensino integral que é, na verdade, um aumento do confinamento do estudante. De certa forma, ele representa, então, parte da reforma trabalhista. Porque a reforma trabalhista tem levado os trabalhadores, de maneira geral, a um aumento da jornada diária.

Ocorre que os trabalhadores não podem ficar mais tempo dentro da fábrica, sendo explorado pelo capitalista, se não tem onde deixar a criança e o adolescente. A solução está em estender o tempo de permanência do estudante, de confinamento, dentro da escola, portanto, para atender a necessidade do capital de continuar explorando. Há um entrelaçamento entre as contrarreformas trabalhista e educacional. Essas medidas são completamente contrárias à experiência da implantação da escola socialista, exposta por Krupskaya. Opõem-se à necessidade do vínculo da teoria com a prática.

Krupskaya demonstra que a Revolução Proletária abriu uma

etapa histórica de transição do capitalismo ao socialismo, de forma que essa transição tinha de se dar também no campo educacional.

O segundo texto de formação é sobre a questão do parlamentarismo, a posição dos revolucionários diante desse órgão do Estado burguês, que é o parlamento. Escolhemos um texto da Terceira Internacional, do Terceiro Congresso de 1920. E ali, a síntese, a ideia do parlamento burguês como um instrumento de opressão e, ao mesmo tempo, coloca a necessidade dos revolucionários, taticamente, de utilizar essa tribuna como meio para defender a própria destruição do Estado burguês. Ao contrário do fazem as correntes revisionistas do marxismo, que se dizem socialistas, mas que escorregam nesse campo do reformismo e do cretinismo parlamentar.

Nós sentimos a necessidade de inserir esse documento da terceira internacional na revista, justamente porque passamos por uma experiência nas duas mobilizações, mas também algo que se repetiu em outros estados, nos quais o partido atua. Aqui, em São Paulo, vimos a APEOESP e o SINPEEM canalizando as lutas para o parlamento burguês. Seja na rede estadual para defender a deputada Bebel e companhia, a bancada do chamado “campo progressista”, seja no caso da rede municipal em que SINPEEM se voltou à vereança e à Câmara Municipal, reconhecidamente um “cemitério de greves”. Já ocorreram cerca de 10 greves que finalizam tragicamente com derrotas em frente à Câmara Municipal. Ao mesmo tempo, vemos um setor dos trabalhadores ser arrastado pela ilusão corporativa de eleger parlamentares de esquerda, para criar uma bancada da educação.

A lição é de que a centralidade se encontra nos métodos da luta de classes e na defesa do socialismo e da ditadura do proletariado. Evidentemente, essa diretriz se choca com a linha reformista das direções sindicais. Nesse terreno, se colocam tanto as questões práticas quanto os embates ideológicos.

O objetivo estratégico é o de demonstrar a via revolucionária da luta de classes. Acharmos fundamental para encerrar a apresentação entender a revista como um reflexo da intervenção da militância do POR, da corrente proletária e, ao mesmo tempo, um esforço da corrente no sentido de transformar essa experiência em teoria revolucionária.

Obrigado.”

Observação: devido ao espaço do Jornal, daremos continuidade às exposições dos folhetos sobre a opressão sexual e aborto.

LANÇAMENTO

R\$5

A luta dos marxistas na defesa do direito ao aborto



Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A defesa do Partido Operário Revolucionário ao direito ao aborto legal às mulheres

2025

 **POR**  **MASSAS**

RESPOSTA MARXISTA À OPRESSÃO SEXUAL

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



Balanco da trajetória dos movimentos LGBT

A defesa do Partido Operário Revolucionário de lutar pelo fim das opressões com os métodos da luta de classes

 **POR**  **MASSAS**

36 anos **do Partido Operário Revolucionário** **1989** **2025**

Notas sobre os 36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

Iniciamos no jornal Massas 743 a exposição sobre os 36 anos do POR. No Massas 744, começamos a apresentar os Congressos e Conferências. No Massas 747, tratamos do III Congresso, de janeiro de 1993, em que aprovou o programa do partido, dividido nas seguintes partes: I – A crise do imperialismo e o

internacionalismo proletário; II – Brasil: país capitalista semicolonial; III – As classes sociais e o proletariado revolucionário; IV – O fracasso histórico do nacional-reformismo; V – A estratégia da revolução e ditadura proletárias; VI – Método e tática da revolução proletária; VII – Aliança operária e camponesa e frente única anti-

imperialista; VIII – Construir o Partido Operário Revolucionário; IX – Reconstruir a IV Internacional – Brasil parte da revolução mundial. Neste Jornal Massas, faremos a exposição dos pontos VI e VII do programa.

Método e tática da revolução proletária

Esse ponto programático deriva dos fundamentos da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Para alcançar o objetivo histórico de destruir o Estado burguês e constituir o Estado operário, os explorados inevitavelmente passam por inúmeras etapas no desenvolvimento da luta de classes e de sua organização. A experiência mostra a importância dos métodos de luta e da tática que somente o partido marxista pode aplicar. Os levantes instintivos dos explorados contra a opressão capitalista são a base de onde o partido acumula força como dirigente, o que implica dominar os métodos e a tática que colocam o proletariado em posição de classe consciente.

O objetivo socialista de derrubar o poder da burguesia condiciona as formas de luta, o método da ação direta e a tática que conduz à unidade revolucionária da classe operária e dos demais oprimidos. A burguesia e seus agentes trabalham o tempo todo para dificultar a organização independente e a unidade dos explorados. A política de colaboração de classes é um valioso instrumento de método e tática para manter e fortalecer a dominação capitalista, portanto, a ditadura de classe da burguesia.

É nas condições de revolta instintiva e de intervenção das forças pró-capitalistas que se verifica a fortaleza do método da ação direta e da tática de independência de classe.

O programa do III Congresso identifica e critica velhas posições de colaboração de classes que se desenvolveram no interior do movimento operário. Uma das formulações: “Os estalinistas e nacionalistas se utilizam do colaboracionismo organizando as frentes democráticas e frentes populares em cuja composição a burguesia comparece como a força dominante dirigente. A tática da subordinação do proletariado ao parlamento, aos partidos da oposição burguesa, ao eleitoralismo e aos governos é fundamental para conservar o capitalismo apodrecido. As ilusões democráticas e constitucionais são desenvolvidas entre as massas para que não tomem em suas mãos a resolução dos problemas”.

Ao contrário, a essência do método e da tática da revolução proletária se encontra na seguinte formulação: “A tarefa central do proletariado é se tornar classe independente da burguesia. Não basta ocupar a posição-chave nas relações capitalistas de produção e se chocar instintivamente com os exploradores. É necessário que se transforme em força política consciente, capaz de dirigir a maioria explorada contra o Estado burguês e o imperialismo. Os movimentos econômicos terão de confluir com o movimento socialista. A experiência internacional demonstra que o maior grau de independência política e ideológica se alcança encarnando o programa da revolução e ditadura proletárias”. (...)

“O proletariado não poderá alcançar sua independência plena, de forma a aplicar até às últimas consequências seus métodos de luta, sem se constitua em partido político. O partido não desenvolverá o programa da revolução sem que se utilize das conquistas e novas experiências táticas da luta de classes”.

Um dos problemas fundamentais que a vanguarda revolucionária enfrenta é a de derrotar a política de colaboração de classe que se desenvolve no interior dos sindicatos. A resolução programática afirma: “Um problema tático básico é o de romper as amarras corporativas da luta grevista, responsáveis pelo pouco avanço na independência política do proletariado. O controle dos sindicatos pela burocracia vendida funciona como um poderoso aparato contra as reivindicações dos trabalhadores e contra a sua unificação, imposto constantes derrotas parciais aos grevistas”. (...)

“O elemento da tática revolucionária consiste em defender a fundo a mobilização unitária e nacional sob as bandeiras básicas e ligá-las aos objetivos de expulsão do imperialismo e de derrota da burguesia, ou seja, como alavanca da luta anti-imperialista e anticapitalista”. (...) “O método da luta de classes e os meios táticos da ação direta, como greve, ocupações, bloqueios etc. são próprios da classe operária. Conduzem à revolução, que é a mais alta expressão da luta de classes. A greve é um dos instrumentos mais importantes na guerra de classes”. (...)

“A frente única sindical se concretiza e se consolida através da democracia operária, que se fundamenta na ação direta. As decisões coletivas e sua implementação se dão pelos organismos próprios da democracia operária, ou seja, nas assembleias gerais, fa-

bris, setoriais, comandos, comissões e comitês. A assembleia geral é a instância máxima em que os trabalhadores expressam a unidade e soberania das decisões, enquanto que as demais fortalecem as bases da frente única desde as unidades fabris”. (...) “A frente única na ação direta e a democracia operária são instrumentos criados pelo proletariado e contrapostos com o movimento burguês”. (...)

“A burocracia sindical trabalha incessantemente para desfigurar e anular esses instrumentos de unidade classista”. (...) “A militância sistemática e planejada nos sindicatos possibilita o trabalho de independência sindical e de combate pela destruição da burocracia”. (...) “A ligação das reivindicações elementares com os objetivos de destruição do capitalismo se constitui no conteúdo da tática da frente única sindical”.

Como não poderia deixar de ser, o programa assenta a questão tática quanto à democracia burguesa, as eleições e o parlamento. Eis: “Quanto à utilização das eleições e do parlamento, nas condições em que não estejam em confronto com a luta direta das massas, serve de tribuna para o partido desenvolver as reivindicações, as denúncias do capitalismo e o programa da revolução”. (...) “A utilização do método parlamentar, próprio da classe burguesa, pelo partido revolucionário, objetiva, ao contrário do reformismo, desmascarar os partidos burgueses e as instituições do Estado, revelando às massas a ditadura de classe dos capitalistas, que se reveste da democracia e se vale dos reformistas para melhor dominar. É nesse sentido que se constitui em um meio auxiliar e conjuntural para desenvolver o método da ação direta que conduz à revolução e não à democracia burguesa”.

Esses fundamentos do método e da tática de organização e independência política do proletariado inclui a questão da aliança operário-camponesa e a frente única anti-imperialista.

Aliança operária e camponesa

O programa do POR consta de duas tarefas democráticas fundamentais: a revolução agrária e a soberania nacional. Reconhece que o Brasil é um país semicolonial. A maioria oprimida padece da opressão de classe e da opressão nacional. A burguesia nacional é uma classe esgotada historicamente, não podendo realizar as transformações agrárias que emancipam as massas camponesas da dominação latifundiária e as anti-imperialistas que expropriam o grande capital internacional.

Em resumo: “As tarefas da revolução agrária que se concentram primordialmente na expropriação e nacionalização das terras dos latifundiários e na presença das massas camponesas antilatifundiárias, colocam objetivamente a necessidade da aliança operária e camponesa”. (...) “A tática aliancista da cidade com o campo reúne as forças motrizes da revolução para a maioria nacional se sublevar e tomar o poder do Estado”. (...) “Nela, o proletariado cumpre o papel central. A revolução agrária é parte integrante da revolução proletária, sem a qual não é possível derrotar os latifundiários. O governo operário e camponês se constitui no objetivo estratégico, uma vez que representa os objetivos combinados das tarefas nacionais e socialistas a serem realizados pelo Estado operário”. (...)

“É ilusório um programa agrário de reformas desvinculado do programa da revolução proletária, que combina a expropriação dos meios de produção e do capital financeiro com a destruição do poder oligárquico-latifundiário sobre as terras”.

Nessa exposição, o programa assinala as experiências de reforma agrária realizadas pelo nacionalismo burguês, cujo fracasso acabou favorecendo as tendências concentracionistas da propriedade agrária. Demonstra que os “mesquinhos assentamentos e titulações de terras de posseiros são justamente medidas para

amortecer a luta de classes no campo e evitar o avanço da revolução agrária”. (...) “A cada ocupação de terra arma-se um princípio de guerra. O assassinato de camponeses é o resultado da violência reacionária dos capitalistas e seu governo”.

Assim, conclui as teses programáticas da revolução agrária: “A aliança operária e camponesa só se dará em torno do programa de transformações e se justifica pelo objetivo da tomada do poder pela insurreição. A necessidade de autodefesa diante dos ataques do governo, construindo os comitês de autodefesa, rechaçando a militarização do campo, generalizando as ocupações e desenvolvendo os comitês agrários, dá substância prática à política aliancista do proletariado”.

Sobre essa base, o programa orienta a vanguarda com consciência de classe a constituir “uma fração revolucionária no campo, que defenda os princípios, os métodos e o programa da revolução proletária”. Essa fração possibilitará a realização da unidade operária e camponesa.

Frente única anti-imperialista

Quanto à frente única anti-imperialista, o programa demonstra a necessidade de a classe operária unir a maioria nacional explorada em torno à estratégia da revolução. No país semicolonial, como é o caso do Brasil, a classe operária e os demais trabalhadores se deparam com as forças econômicas e políticas do imperialismo. Uma fração da burguesia nacional expressa os interesses internacionais do grande capital. A luta pela derrocada da burguesia nacional passa inevitavelmente pela luta contra a dominação imperialista.

O programa formula a seguinte diretriz: “Enquanto a aliança frentista das classes oprimidas pelo capital é uma necessidade histórica para a classe operária tomar o poder e emancipar o país da opressão imperialista, a possível presença de uma fração burguesa arruinada é uma contingência provisória, pois esta será adversária da revolução assim que a frente única anti-imperialista progredir”. (...)

“A emancipação política e ideológica do proletariado depende deste assumir a luta anti-imperialista e se destacar como classe dirigente. Corresponde à necessidade de união da nação oprimida em torno às tarefas nacionais, parte constitutiva do programa de transição da revolução socialista. A tática da frente única anti-imperialista objetiva alcançar a revolução proletária. A classe operária se projetará como direção tendo por objetivo implantar o governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado”.

O programa critica os fundamentos burgueses e pequeno-burgueses da tática de “frente nacional, frente democrática e frente popular”, que se opõem à tática da frente única anti-imperialista, uma vez que nega o proletariado como a classe dirigente da luta anti-imperialista.



Nesta edição:

Declaração do CERQUI - EUA ocupam o centro da decomposição do capitalismo e dos conflitos;

Palestina - Balanço dos atos/posicionamento sobre a Flotilha;

Argentina - Milei é representante de Trump na América Latina;

França - Manifestações indicam vigência da luta de classes;

33 da liquidação da URSS - A liga da juventude comunista/
Nossa situação internacional e o perigo da guerra

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Os Estados Unidos ocupam o centro da decomposição do capitalismo e dos conflitos mundiais

*A política mundial do proletariado se concentra na luta anti-imperialista, baseada no programa da revolução social
É urgente interromper o genocídio do povo palestino e
pôr fim à guerra na Ucrânia!*

Somente a classe operária, unida, em luta e à frente da maioria nacional oprimida pode erguer as barricadas anti-imperialistas e anticapitalistas!

Trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia decidiu pela invasão militar da Ucrânia, depois de fracassar as negociações com os Estados Unidos e a União Europeia em torno ao cerco da OTAN. Em 7 de outubro de 2023, o Estado de Israel resolveu intervir militarmente na Faixa de Gaza, em resposta à operação militar desfechada pelo Hamas. A guerra na Ucrânia se prolonga por três anos e meio e a invasão da Faixa de Gaza está próxima de completar dois anos.

Em 2 de abril de 2025, Trump anunciou seu plano de guerra comercial, apresentando uma lista de elevação de tarifas abrangendo mais de 180 países. Evidenciou objetivos próprios do intervencionismo militar.

É necessário ainda acrescentar as guerras e os inúmeros conflitos na África, a exemplo do Sudão, Congo e países da região do Sahel; na Ásia, houve um princípio de confronto entre a Índia e o Paquistão, bem como da Tailândia e do Camboja; no Sudoeste da Ásia, Azerbaijão e Armênia tiveram um enfrentamento.

Cabe também assinalar as crises políticas que têm levado as massas à luta na Turquia, Sérvia, Geórgia, Coreia do Sul e Nepal. Na Europa, cresce o descontentamento da classe operária e camadas da classe média atingidas pela crise econômica e medidas antipopulares dos governos. Na América Latina, não há país em que a desintegração da economia mundial não tenha afetado profundamente as relações sociais. O Canal de Panamá foi ocupado militarmente pelos Estados Unidos, e Venezuela está hoje diante das ameaças militares dos Estados Unidos.

Essa sucinta descrição é suficiente para caracterizar a situação mundial como convulsiva, potenciada pelas guerras em curso e pelas disputas de mercado e fontes de matérias-primas, guerra comercial promovida por Estados Unidos contra China. Trata-se do ponto mais alto da crise internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O problema está em que se desenvolve em ritmo acelerado e em uma amplitude que envolve o conjunto das potências e a maioria das nações de economia atrasada e semicoloniais.

A guerra na Ucrânia não apenas não foi contida como continua ameaçando transbordar para a Europa, em um confronto cada vez mais aberto da OTAN com a Rússia. É sintomático o reconhecimento de Trump que não teve como impor os seus termos de “paz” para finalizar a guerra.

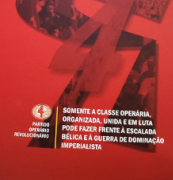
LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSICÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

A movimentação militar da União Europeia no sentido de retomar o cerco da OTAN à Rússia combina-se com a disposição dos Estados Unidos em apoiar o impulso das tendências bélicas no continente europeu. O rearmamento da Alemanha passou a ter um peso significativo no equilíbrio de forças militares. Impulsionam-se os investimentos no complexo industrial militar. O objetivo declarado é o de preparar-se para uma possível guerra com a Rússia.

No Oriente Médio, o Estado sionista de Israel declarou abertamente que a sua intervenção na Faixa de Gaza tem de concluir com a anexação. Objetivo esse que inclui a Cisjordânia. A ofensiva por ar e terra pela ocupação integral de Gaza foi favorecida pela derrocada do regime nacionalista de Bashar al-Assad na Síria, destruição de parte das usinas nucleares do Irã e quebra da capacidade de resistência do Hezbollah no Líbano.

Esses acontecimentos favoráveis aos Estados Unidos e a Israel, no entanto, ao contrário de reequilibrar as relações conflituosas no Oriente Médio, as têm aumentado. A prepotência dos sionistas de bombardearem a delegação do Hamas no Catar obrigou os países árabes – que vêm sendo coniventes com o genocídio do povo palestino – a reagirem, ainda que limitadamente. A questão posta foi a de que a anexação da Faixa de Gaza implicará o expansionismo militarista do Estado de Israel e uma maior presença do domínio norte-americano na região.

As potências europeias se alinharam com os Estados Unidos e Israel quanto ao objetivo de varrer o Hamas, sob o rótulo tipicamente imperialista de “organização terrorista”. Não previam que o Estado sionista e o governo Trump chegam ao denominador comum da destruição da Faixa de Gaza e avanço da colonização israelense da Cisjordânia, para realizar a estratégica aspiração de anexar completamente o que resta do território aos palestinos.

A hipocrisia de Biden sobre um acordo que possibilitasse uma caricatura de Estado palestino foi desmascarada pelo real curso da guerra de intervenção norte-americana-israelense. O rompimento da capacidade do movimento de resistência ao colonialismo sionista com a ampliação dos ataques das Forças de Defesa de Israel ao Líbano, Síria, Iêmen e Irã serviu de preparação para o governo de Netanyahu e de Trump decidirem pela realização da última etapa do intervencionismo, que é a da anexação. O controle da Faixa de Gaza é fundamental para Israel ter ao seu dispor o Mediterrâneo.

A velha aspiração da colonização sionista da Palestina era a de que Israel não fosse considerada como um país do Oriente Médio, mas do Mar Mediterrâneo. Estrategicamente, essa posição é de grande importância para os Estados Unidos. O imperialismo norte-americano e o colonialismo sionista estão dispostos a prosseguirem com a destruição da Faixa de Gaza, com a carnificina e a limpeza étnica que caracteriza o genocídio, até que Israel tenha pleno domínio do acesso ao Mediterrâneo.

O prolongamento da guerra na Ucrânia foi e tem servido para a potenciação do intervencionismo norte-americano nos conflitos do Oriente Médio. Essa relação se deve ao pouco envolvimento da classe operária europeia e das camadas empobrecidas da classe média diante dos abalos que provocaram e vêm provocando cerca de três anos e meio de guerra na Ucrânia. Os Estados e governos europeus mostraram-se livres para ocultar as raízes da guerra e enganar os explorados sobre o lugar da OTAN e, portanto, dos Estados Unidos na confrontação da Rússia com a Ucrânia, que é utilizada como bucha de canhão pelas potências imperialistas.

A classe operária não pôde chegar à compreensão do significado histórico do processo de restauração capitalista e da liquidação da URSS, que criaram um antagonismo entre as duas mais importantes Repúblicas soviéticas, tendo por base o processo de decomposição do capitalismo mundial. Em síntese, essa contradição se deve à profunda crise de direção revolucionária.

A mobilização mundial contra o genocídio foi e continua sendo significativa. Neste preciso momento, 22 de setembro, os explorados italianos ousaram contrariar o governo realizando um dia de greve geral e de protestos de rua. Levantaram bandeiras que expressam anseios mundiais: fim do genocídio, fim do bloqueio à ajuda humanitária e proteção à Flotilha internacional destinada a combater a fome como arma de guerra. A resposta das massas com os métodos próprios da classe operária – greve geral e manifestações de rua – foi combatida pelo governo italiano com a polícia. O movimento refletiu a pressão crescente na Europa da população para que os governos deixem de colaborar com os Estados Unidos e Israel. Por outro lado, uma parcela da União Europeia considera a anexação como negativa para sua influência política estratégica e interesses econômicos no Oriente Médio.

A reação dos países árabes ao bombardeio no Catar permitiu à França, Reino Unido, Espanha e Portugal levantarem o cadáver insepulto dos dois Estados. França e Arábia Saudita se apresentaram de mãos dadas na Assembleia da ONU brandindo a bandeira de “reconhecimento do Estado palestino”. Contam com apoio não só do Reino Unido com também do Canadá e Austrália. Desde 2024, a Espanha, Noruega e Irlanda já haviam declarado o apoio ao reconhecimento. Dos 193 países-membros da ONU, 80% estão pelo reconhecimento. No Conselho de Segurança, apenas os Estados Unidos negam o reconhecimento. Israel desdenhou afirmando que não passava de encenação.

Desde a farsa dos acordos de Oslo, de 1993, ficou patente que o Estado sionista não admite outro convívio com os palestinos a não ser que ocorra a anexação e domínio completo da Palestina. Em 1948, quando a ONU impôs aos palestinos e aos árabes em geral, a criação do Estado de Israel, os choques já vinham ocorrendo. Esses se iniciaram em 1929, quando houve um levante contra os primórdios da colonização imposta pelos sionistas, apoiados na decisão do Mandato inglês de abrir caminho para a criação de um Estado judeu, conforme a declaração do ministro britânico Lord Balfour, em 1917. Em 1936, um novo levante foi sufocado pela intervenção inglesa. A ofensiva militarista dos sionistas em 1948 contra a população autóctone resultou em massacres, destruição de moradias e expulsão massiva de palestinos. Nunca houve um só momento de pacificação. O motivo está em que o Estado israelense foi implantado com a condição de expulsar os palestinos, que, em 1920, perfaziam entre 80 a 90% da população.

Em certo sentido, a crise de direção também explica por que o movimento pela autodeterminação do povo palestino não tem conseguido impor derrotas aos Estados Unidos e a Israel. A ausência de partidos revolucionários no seio das massas árabes, persas e de outras nacionalidades do Oriente Médio impossibilita ao proletariado reagir com o programa da revolução social. As tarefas democráticas que se colocaram desde a Primeira Guerra Mundial são parte das transformações socialistas. Essa é a via para enfrentar o domínio imperialista e derrubar as oligarquias capitalistas dos países que compõe a região.

A questão palestina é parte da situação histórica geral da opressão nacional e de classe. É nesse marco que se coloca a tarefa de unir a maioria explorada em torno ao programa revolucionário dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. É com esse programa que se coloca a união do povo judeu e palestino na luta por uma República Socialista da Palestina. A trágica experiência do genocídio em curso ilumina a necessidade de construir os partidos revolucionários, como parte da Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O CERQUI tem procurado evidenciar as raízes da guerra na Ucrânia e Faixa de Gaza, procurando reconhecer suas particularidades nos marcos da crise mundial. Faz a campanha mundial e participa ativamente do movimento anti-imperialista, tendo claro que os Estados Unidos se encontram no centro da decomposição do capitalismo, da guerra comercial e da escalada bélica.

São Paulo

Marcha em defesa da Palestina

A ausência da classe operária organizada na luta prolonga o massacre

No dia 13 de setembro aconteceu em São Paulo uma manifestação em apoio à Palestina, contra o genocídio levado a cabo por Israel na Faixa de Gaza. O ato teve início na praça Roosevelt e marchou por ruas do centro da capital paulista. Contou com partidos de esquerda, algumas representações sindicais e outros apoiadores. Sua convocação trazia no chamado, além da bandeira de fim do genocídio, a defesa da Flotilha que navega rumo a Gaza com ajuda humanitária.

De conjunto, as intervenções fizeram a denúncia do massacre que já se aproxima a dois anos. O POR participou da manifestação com sua banca de materiais, piquetagem com o jornal Massas, faixas e bandeiras, além da intervenção no carro de som.

Nessa intervenção dois pontos se destacam: a defesa da frente única anti-imperialista, dado o avanço das ações do imperialismo estadunidense sobre a América Latina e outras partes do globo, especialmente o Oriente Médio e a defesa de que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos têm grande responsabilidade sobre a luta pelo fim do genocídio dos palestinos. Apon-tamos que estava ausente dessa manifestação a classe operária organizada, com seus métodos próprios de luta.

A ausência da classe operária leva a que o movimento seja conduzido principalmente pela pequena-burguesia que, por não ter

uma estratégia própria de poder, oscila entre setores da burguesia e o proletariado, de acordo com o desenvolvimento das crises e da luta de classes. Na prática, as ações simbólicas têm sido majoritárias no Brasil. Diferente de outros países onde os trabalhadores lançaram mão de seus métodos próprios de luta para obrigar os governos a tomar medidas concretas, como nos casos da Espanha e Itália.



A ação de denúncia organizada por ativistas de diversos países que constitui a Global Samud Flotilha tem sido constantemente atacada por drones enquanto navega rumo a Gaza. Nesta semana, o governo de Israel anunciou que se os barcos saírem das águas gregas (onde estão atualmente) e entrarem em águas internacionais serão duramente

atacados. Uma grave ameaça ao movimento que não representa qualquer risco para Israel.

A tarefa da vanguarda é avançar na luta contra o genocídio combatendo para que os sindicatos saiam do palavreado de apoio e passem às ações concretas. Vale lembrar que o Brasil segue exportando combustível para a máquina de guerra israelense. O governo Lula condena em palavra o genocídio, mas não toma medidas de rompimento das relações com o Estado sionista. O que certamente se chocaria com os Estados Unidos.

ABC

Ocupação Palestina Livre em Diadema: *enfrentar a lógica do lucro e conquistar o direito à moradia*

Organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), integrante da Unidade Popular/PCR, a Ocupação Palestina Livre em Diadema começou em 7 de setembro de 2025, dia em que o MLB realizou 18 ocupações no país. Essa ação escancara uma das contradições centrais do capitalismo: a existência de imóveis, prédios e terrenos abandonados enquanto milhares de famílias vivem sem condições dignas de moradia. Essa realidade não é acidental, mas produto de um sistema que valoriza a propriedade privada acima das necessidades humanas.

No capitalismo, o valor de um imóvel não está em sua utilidade social, mas em sua capacidade de garantir lucro ou especulação para o proprietário. Assim, é comum que edifícios inteiros permaneçam vazios e se deteriorando, enquanto trabalhadores e trabalhadoras são jogados na miséria. A cultura do “ter, mas não usar” é a expressão prática de um regime social que privilegia a acumulação privada em detrimento das necessidades coletivas.

O Estado-burguês, longe de ser um mediador neutro, atua como guardião da propriedade privada. Mesmo quando imóveis são públicos ou alugados pelo poder público, a lógica que prevalece é a de proteger contratos, burocracias e a “ordem legal” — nunca o direito à moradia. Por isso, ao invés de garantir

habitação às famílias, a prefeitura, a justiça e órgãos como a Defesa Civil atuam para legitimar o abandono ou para preparar despejos. Trata-se de uma engrenagem que sempre gira em favor dos donos da propriedade, nunca dos explorados.

Esta ocupação em Diadema ocorre num imóvel de propriedade particular, com dívidas junto ao município, mas, mesmo assim, a Prefeitura de Diadema, comandada por Taka Yamauchi (MDB), respondeu com repressão aos ocupantes e ativistas, sitiando a ocupação para encerrar os moradores e forçar a desocupação do prédio que estava abandonado. Forças de repressão, como a Guarda Civil Municipal (GCM) e sua Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), a Patrulha Maria da Penha e a Ronda Escolar, fizeram parte de uma operação que fechou o acesso ao prédio, impedindo a entrada de moradores por 40h, sob o pretexto de que o prédio oferecia riscos estruturais. Nesse período, os lutadores da região foram chamados à solidariedade e o POR e o SinTUFABC estiveram presentes no local rechaçando a repressão estatal e manifestando apoio à ocupação.

É evidente que a solução não pode vir de cima, nem das negociações de gabinete. A única saída real está na auto-organização dos trabalhadores e dos sem-teto, que devem lutar

pelo controle operário e popular sobre os imóveis abandonados, impondo na prática sua função social. É necessário exigir que todos os prédios e terrenos ociosos sejam destinados imediatamente à moradia popular, sob a gestão direta das famílias e comunidades, com recursos públicos para reforma e manutenção, e controle democrático pelas comissões eleitas pelos moradores e trabalhadores. Também é preciso levantar a bandeira de um plano de obras públicas sob o controle operário e lutar por emprego e salários, que garantam condições de vida dignas.

Essa batalha em Diadema não pode ser isolada. É parte de uma luta mais ampla contra a lógica da propriedade privada e da especulação imobiliária. Os sindicatos, movimentos sociais e organizações da classe operária precisam unificar suas forças em torno de um programa independente, que não confie nos governos — sejam eles do PT, da direita ou de qualquer administração que mantenha a estrutura capitalista. A unidade revolucionária do proletariado é imprescindível. É ruim que a direção do movimento popular só recorra ao conjunto das organizações e movimentos quando a solidariedade política ou financeira se torna incontornável. A vitória dos lutadores depende da máxima unidade de ação dos explorados sob a estratégia da revolução proletária.

O caso do prédio ocupado em Diadema não é exceção, mas regra de uma sociedade fundada no desperdício social. Frente a isso, não basta denunciar: é preciso organizar a resistência e preparar a luta por uma alternativa revolucionária, que coloque a propriedade a serviço das necessidades humanas e não do lucro. A classe operária e os demais explorados têm força para transformar cada prédio vazio em espaço de vida, cada terreno ocioso em moradia e cada ato de resistência em um passo rumo à emancipação socialista.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



ABC

Abaixo a agressão imperialista contra a Venezuela. Fora imperialismo do Irã, Palestina, Cuba e Brasil

O Partido da Causa Operária (PCO) convocou para o dia 13 de setembro, na Academia Paulista de Letras, um ato contra a agressão imperialista à Venezuela, que contou com a participação de representantes de outras organizações. As diversas intervenções denunciaram a política agressiva do imperialismo ianque contra a Venezuela e outras nações oprimidas. O POR participou com sua banca de materiais e pronunciamento.

Em seu pronunciamento, o POR saudou o ato e se colocou em defesa incondicional da Venezuela contra o imperialismo, criticando a prepotência dos Estados Unidos em cometer ingerências e inventar subterfúgios, como o suposto combate ao terrorismo para atacar nações oprimidas, a exemplo da Palestina, da Venezuela e do Brasil, inclusive se achando no direito de julgar e punir arbitrariamente em outros países, como ocorreu recentemente com a divulgação de imagens de explosão de um barco na Venezuela.

Colocou, ainda, a incapacidade das burguesias nacionais e governos fruto das urnas e subordinados à propriedade privada em defender consequentemente a soberania nacional, o que depende da unidade internacional, de maneira que a defesa incondicional da Venezuela só pode ser feita sob a política proletária. Ressalta-se que o governo Lula/Alckmin não reconheceu as eleições e negou a entrada da Venezuela no BRICS.



LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

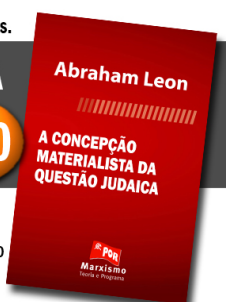
Abraham Leon

Abraham Leon

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

R\$30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



Adquirir com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

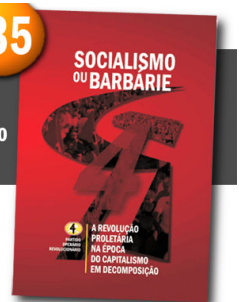
A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

R\$35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.





Palestina

Posicionamento do POR sobre a Global Sumud Flotilla

No final de agosto de 2025, teve início a Global Sumud Flotilla com embarcações reunindo mais de 500 ativistas, militantes e figuras públicas de diversas nacionalidades, muitos dos quais já participaram de ações similares no último período. Segundo os organizadores, a missão visa romper o cerco sionista à Faixa de Gaza e abrir um corredor humanitário. Diante do genocídio do povo palestino e dos ataques e provocações do Estado sionista de Israel à Síria, Iêmen, Irã, Líbano e Catar nos últimos meses, é possível que uma flotilha pacífica, inclusive abertamente não violenta, contenha o sionismo?

Evidentemente, não. A flotilha é um desvio da luta massiva, inclusive armada, incontornável no enfrentamento ao imperialismo e ao sionismo. Trata-se de uma ação oportunista impulsionada pela pequena burguesia, cujos expoentes colocam sua própria vida em risco em vista a interesses midiáticos, eleitoreiros e carreiristas. Ao mesmo tempo em que expomos nossas diferenças políticas, o POR condena qualquer ataque do sionismo e do imperialismo à Flotilla. O real enfrentamento ao imperialismo ocorrerá com a constituição da frente única anti-imperialista em cada país e mundialmente.

Rio de Janeiro

Atuação do POR no Comitê de Solidariedade da Palestina em Niterói

O POR esteve presente na reunião organizativa ocorrida na UFF, no dia 17 de setembro, onde foram debatidas as intervenções do Comitê de Niterói de solidariedade aos Palestinos e a periodicidade dos atos. Durante a reunião, foi decidido a realização do ato no 21 de setembro junto com outras forças.

Durante o ato, foi realizada uma passeata na orla de Icaraí. A manifestação puxou palavras de ordem centradas na sensibilização das pessoas sobre genocídio do povo palestino e contou com a presença de moradores da região de Icaraí, uma região de classe média da cidade.

O POR avalia o Comitê de Niterói como espaço de atuação para apresentar sua linha a respeito da escalada bélica internacional a fim de mobilizar os operários e a maioria oprimida da cidade para se somarem a luta em defesa da causa Palestina. Assim sendo, defendemos a continuidade dos atos em Niterói, mas também

a unificação com atos que estão ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro e estão mobilizando uma grande parcela da juventude, movimento sociais e sindicatos.

Enfatizamos que esse movimento não pode estar desvinculado da necessidade de exigir das centrais sindicais e dos movimentos sociais e estudantis que se somem à luta. A defesa da Palestina é hoje a defesa contra o expansionismo imperialista, o que exige uma radicalização da luta. Tanto em Niterói quanto no Rio de Janeiro, a nossa defesa é a mesma: somente a classe operária nacional e internacional organizada em seus locais de trabalhos conseguirá deter o genocídio na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e abrir espaço para a luta pela constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Luta essa que permitirá a nação oprimida conquistar uma República Socialista da Palestina, única via de acabar definitivamente com a colonização imperialista e sionista.

Rio de Janeiro

Fala do POR no ato em defesa da Flotilha

Salve camaradas, bom dia a todos. Um detalhe que é sempre importante ressaltar: nada adianta condenar o genocídio de Israel na faixa de Gaza e na Cisjordânia ocupada sem condenar os Estados Unidos e o imperialismo em geral. O que está colocado no momento atual é uma nova fase do imperialismo em que precisa destruir parte das forças produtivas para se manter. Hoje faz isso não só na ofensiva na faixa de Gaza. Mais recentemente os navios americanos na costa da Venezuela ameaçam com intervenção militar. Isso é um reflexo direto de como o Imperialismo precisa destruir as forças produtivas avançando a escalada bélica e perpetuando sua dominação.

Em nome do Partido Operário Revolucionário faço a consideração de que não adianta rechaçar o genocídio sem a constituição de uma Frente Única Anti-Imperialista, o que passa justamente pela organização não só dos movimentos sociais, mas também dos sindicatos como a Estela – coordenadora da Frente Palestina do Rio – colocou e da importância deles estarem aqui, principalmente os sindicatos que estão presentes na luta desde o começo.

Temos, porém, de enfatizar a luta não pode permanecer só nesses sindicatos. É preciso atingir outros grupos de trabalhadores para que se organizem nos seus locais de trabalho, rechaçassem o genocídio e se organizem em uma Frente Única Anti-Imperialista nesse tão importante momento. Para isso, é necessário não só romper o imobilismo, mas também entender que não há motivos para se ter esperanças que o Governo Federal vá fazer qualquer ação significativa, que confronte os Estados Unidos e Israel.

Temos de exigir na luta, para que o governo Lula rompa, e não esperar a sua benevolência em favor do povo palestino. Então, da minha parte coloco essa questão fundamental e que nos organizemos não só nos locais de trabalho, mas também nos locais de estudo, para justamente encampar essa necessidade de constituir uma Frente Única Anti-Imperialista.

Então, valorizamos a presença de todos e viva a resistência do povo palestino!

Pernambuco

Ato combativo e aguerrido na Marcha Global Romper o cerco à Gaza

No dia 13 de setembro, Recife se somou à Marcha Global à Gaza, em defesa da Palestina e contra o genocídio do povo Palestino. A concentração ocorreu no Derby às 9h e marchou até o Consulado dos Estados Unidos, na Boa Vista, onde os manifestantes foram barrados pela polícia militar antes de chegar ao local. A escolha do local teve como finalidade denunciar a ação do imperialismo, sobretudo estadunidense, na América Latina e no Oriente Médio. A manifestação foi democrática, com expressão das falas de diversas organizações e se somou a manifestações em outras cidades do Brasil e do mundo. A campanha de apoio à flotilha visou reforçar a necessidade de rompimento do cerco, ressaltando que somente com a mobilização dos trabalhadores nas ruas poderemos impedir a continuidade do genocídio.

O ato foi encerrado com um “jogral” com o seguinte conteúdo: “Nós, povo do Recife, estamos nas ruas, hoje, para manifestar o nosso apoio à flotilha global, que tenta quebrar o cerco à Gaza. Basta de fome! Basta de genocídio! Exigimos que o governo Lula rompa todas as relações com o Estado sionista de Israel. Nenhuma gota de petróleo brasileiro para os genocidas! Chamamos também todas as entidades sindicais, populares e estudantis a fortalecerem a solidariedade ao povo palestino. É hora de passar das palavras, para as ações concretas pelo fim do genocídio. Palestina livre do Rio ao Mar! Fora Imperialismo da América Latina e fora Israel das terras palestinas!”

Diferente dos atos anteriores, este levou um número maior de pessoas às ruas, porém, as grandes organizações ainda se mantêm distantes da causa. Participaram do ato militantes do PSTU, Resistência Popular, coletivo Mangue Vermelho, MRT, CSP-Conlutas, dirigentes da CUT, Aliança Palestina, Centro Islâmico Iman Sadeq, sindicalizados isolados do Simpore, Sindmetro e Aduferpe. E alguns militantes do PSOL, PT e apenas um da UP.

Além da ausência das bases das grandes organizações, faz-se notável a ausência de organizações que assinaram o chamado para o ato e não estiverem presentes, como PCBR, Revolução Brasileira, Juventude Socialista e Sindsifpe. Em contrapartida, o Comitê de Solidariedade à Palestina, que apresentava dificuldades organizativas, emergiu com nova força. O Comitê realizou uma tiragem de 10 mil panfletos, com informações sobre o genocídio do povo palestino e suas bandeiras de luta. Tem feito uma campanha financeira e os poucos militantes e organizações ativos têm conseguido agir de forma unitária.

Foram realizadas panfletagens na UFPE e UFRPE chamando para o ato e uma atividade de debate no CFCH (UFPE) junto ao DA de Ciências Sociais, em que uma militante do POR ficou responsável por apresentar as raízes históricas da questão judaica e questão palestina. Temos defendido em todos os locais em que atuamos que, diante dos ataques imperialistas no Oriente Médio, a cada dia mais violentos, o que se exige das organizações de massa é que se comprometam com a formação de uma Frente Única Anti-Imperialista.



O POR atuou com distribuição do manifesto, banca e falas em nome do partido e do Comitê de Solidariedade à Palestina.

Fala em nome do POR:

“Temos que denunciar a responsabilidade dos Estados Unidos por essa intervenção militar, por esse genocídio contra o povo palestino, assim como devemos responsabilizar os Estados da Europa e os Estados árabes pela sua omissão. Enquanto esses Estados e os Estados Unidos financiam essas mortes, é importante que aqui no Brasil também responsabilizemos os movimentos sociais pelo esvaziamento desse ato.

É importante convocar a classe operária e demais trabalhadores a estarem nas ruas. Infelizmente, apesar de convocarmos

e chamarmos à solidariedade ao povo palestino, ainda não é expressão física da classe operária nas ruas. É importante que os sindicatos e que as direções sindicais, centrais sindicais e movimentos populares parem, chamem as assembleias, chamem as plenárias unificadas e dias de paralisação, para que em atos como o ato Unificado de hoje, dia 13/09, vejamos as ruas cheias, bloqueadas.

Por isso companheiros, apesar de dessa importante manifestação, ainda é necessário que os operários, a partir das suas reivindicações se mobilizem. É necessário convocar e relacionar que somente com uma frente única anti-imperialista será possível combater esse avanço do Estado de Israel, e o Estado de Israel não está sozinho, está com os Estados Unidos o financiando.

É necessário que as centrais e os sindicatos, como parte da luta contra o avanço da violência imperialista, convoquem toda a classe operária a lutar contra as contrarreformas. Estamos agora com a reforma administrativa para ser aprovada. É urgente que os direitos, os empregos, os salários sejam aliados à luta contra o avanço da violência imperialista.

Por isso, nós do Partido Operário Revolucionário estamos nas ruas hoje convocando e apontando a necessidade de que a luta em defesa do povo palestino seja uma luta ativa. Por isso é necessário a construção dos comitês e esses comitês devem ter inserção no movimento estudantil, no movimento sindical, nas fábricas para que não sejamos mais um ato de vanguarda, mas um ato que de fato expresse a necessidade da luta para que o governo brasileiro rompa com o Estado de Israel.

Essa violência também se expressa aqui no Brasil com o ataque de Trump. Somente com uma frente única anti-imperialista, a partir das nossas reivindicações, com os nossos próprios métodos de luta enfrentaremos as forças opressoras do imperialismo. Nenhuma ilusão na ONU! Nenhuma ilusão nas demagogias burguesas! Por essas vias, não será possível a defesa do povo palestino! Por isso, companheiros, por uma frente única anti-imperialista! À luta!”

Argentina

Milei não é apenas o candidato de Trump, é seu representante colonial na Argentina, que deve obedecer as suas instruções

A intervenção direta dos Estados Unidos, do seu secretário do Tesouro, Scott Bessent, salvou o governo do naufrágio esta semana. Interveio na manhã de segunda-feira para dizer que seu governo tomaria todas as medidas necessárias para evitar o naufrágio. Ciente de que o governo argentino estava em um beco sem saída, desesperado, devido ao seu próprio fracasso. Eles tomaram medidas excepcionais de resgate. Ainda não se sabe quanto tempo poderá se sustentar, porque a ajuda extraordinária do FMI em abril fracassou.

O governo não conseguia esconder que estava na iminência da inadimplência, do calote do pagamento dos próximos vencimentos da dívida. Não só não acumulou reservas, como foi esbanjando aquelas que o país tinha a grande velocidade, para sustentar o preço do dólar (em três dias havia vendido um bilhão de dólares e os especialistas especulavam sobre quantos dias demoraria até ficar sem dólares).

O objetivo de Milei e seu governo era chegar às eleições de outubro mostrando uma queda na inflação e um superávit fiscal, ainda que maquiados, para tentar ter um bom resultado e aumentar suas bancadas legislativas. As eleições provinciais dos últimos meses mostraram apenas derrotas, especialmente na província de Buenos Aires, onde procurou polarizar contra o governador. A catástrofe econômica se refletiu nas urnas e antecipa um resultado ruim para as eleições nacionais em outubro, acelerando a crise política.

A intervenção do amo imperial visa ajudá-lo nestas semanas pré-eleitorais a mitigar o efeito do desastre e, sobretudo, dos choques políticos que sua derrota eleitoral nacional pode causar.

Os EUA se antecipam dizendo que ajudarão com dólares para enfrentar uma corrida aos dólares, uma vez que a Argentina não tem a quem recorrer para continuar a tomar empréstimos. Diz que poderá comprar novos títulos emitidos pelo país e que poderá comprar os já emitidos, causando um aumento em seu preço, diminuindo o “risco

país”. A certeza de que o país não tinha dólares para pagar as dívidas (que era o objetivo central) e de que não poderia refinanciá-las foi um golpe mortal para o governo. Os preços das ações e títulos das empresas argentinas caíram acentuadamente desde janeiro, mal se recuperando com o empréstimo e os anúncios de abril, para continuar caindo algumas semanas depois.

Um exemplo: o título Bonar 2041 (em dólares), que estava sendo negociado na semana passada a cerca de 48 dólares, expressava que, para cada 100 dólares de valor nominal, o mercado reconhecia menos de 48 dólares, mostrando como o risco de recebê-lo no vencimento havia aumentando. A intervenção aberta dos EUA fez com que sua cotização subisse acentuadamente.

O Banco Mundial anunciou que está acelerando seu “apoio à Argentina”, de “até US\$ 4 bilhões nos próximos meses, em apoio ao crescimento de longo prazo e à agenda de reformas do país”. Deveriam dizer em apoio aos fundos especulativos que fugirão com esses dólares do país.

Esta atitude excepcional dos Estados Unidos é a retribuição pelos serviços prestados e pelos que Milei continua e continuará prestando. É um serviço que segue obedientemente todas as suas orientações, no momento em que a grande potência está cada vez mais isolada, no momento em que tem poucas bases para se apoiar na América Latina. Não podemos falar de um aliado, porque implicaria condições de igualdade, a relação é de absoluta submissão, o que sequer é ocultada.

As exigências do amo imperial objetivam privilegiar suas empresas nos investimentos no país e na extração de seus recursos, em detrimento da presença de empresas chinesas ou europeias e quebrar o máximo que puder a presença chinesa na economia. Certamente avançarão com a presença militar em nome de sua “segurança nacional” e da “luta contra o narcotráfico e o terrorismo” e em outras medidas que seu novo embaixador Lamelas vem antecipando. Com esta intervenção, a Argentina reforça seu status de colônia dos Estados Unidos.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



O FMI e o governo dos EUA continuam exercendo forte pressão para liberar o preço do dólar, acumular reservas, acabar com as restrições às empresas para comprar e transferir dólares para o exterior; avançar com a reforma trabalhista e tributária.

O fato de os EUA, diretamente enquanto Estado, se tornarem credores da Argentina, substituindo os credores privados, endurecerão as condições de quaisquer negociações futuras. Logo virão mais condicionamentos a nossa economia.

A ordem de Scott Bessen pela eliminação das retenções de exportação foi imediatamente cumprida por Caputo, que encerrou a redução das retenções a zero. Diz que em 3 dias alcançou a arrecadação que procuravam. O secretário do Tesouro respondeu à demanda dos produtores de soja dos EUA, que o repreenderam por ajudar a Argentina com bilhões de dólares, enquanto o país elimina impostos sobre as exportações, melhorando seu preço para exportar para a China. Assim, o governo argentino terá de enterrar sua promessa à Sociedade Rural de que reduziria as retenções até que fossem eliminadas por exigência do amo, reabrindo um conflito com o “campo”.

Quando Scott Bessen diz que “Imediatamente após as eleições, começaremos a trabalhar com o governo argentino em seus pagamentos” é para tentar atenuar a resposta negativa dos “mercados” ao resultado eleitoral e minimizar as “tentativas de impeachment”. Sabem perfeitamente que entre os empresários mais poderosos se discute como substituir o Ministro da Economia ou Milei antes que tudo exploda.

Bessen incentiva o voto em Milei dizendo: “Também estive em contato com várias empresas americanas que pretendem fazer investimentos estrangeiros diretos significativos em vários setores da Argentina no caso de um resultado eleitoral positivo”. É uma espécie de chantagem ao eleitorado: se votarem bem... haverá investimentos. A realidade é que nesses dois anos não houve nenhum. Eles também pressionam o governo a garantir sua governabilidade conseguindo alianças com outros setores políticos, vendo sua incapacidade de continuar impondo suas políticas por decreto.

Em 2018, Trump apoiou o candidato Macri e ordenou que o FMI fornecesse um empréstimo extraordinário para garantir sua reeleição. Fracassou. São dezenas de bilhões de dívidas a mais para o país, que todos nós pagamos, para apoiar Macri antes e agora Milei. Todas as dívidas devem ser desconhecidas. É uma fraude. Não é para ajudar o país, é para ajudar os especuladores, para esbanjar dólares em importações. Mais uma vez, os EUA intervêm abertamente na política nacional, na economia, para apoiar seu candidato. Kristalina Georgieva, do FMI, já deu seu apoio a Milei para continuar com a aplicação de seu programa de ajuste.

Nem o Congresso nem o Judiciário serão capazes de impedir essa renúncia à soberania. Se recusaram a investigar todas as irregularidades dos empréstimos anteriores e o destino desses dólares, não há razão para que desta vez o façam, a menos que sejam forçados por uma mobilização popular imponente que ameace sua própria existência.

As centrais sindicais, os sindicatos, os movimentos de desempregados, os partidos que se reivindicam da classe operária e do povo devem se pronunciar imediatamente rejeitando a intervenção colonial e chamando à mobilização e medidas de repúdio e rejeição, em defesa da soberania nacional pisoteada por este governo traidor. Discursos não são suficientes. Medidas concretas de resistência precisam ser tomadas. Essa maior submissão terá consequências ainda piores para a maioria.

A classe operária é a única classe que pode liderar a luta pela emancipação nacional, com sua política, com seus métodos de luta, estruturando uma frente única anti-imperialista para lutar pela emancipação nacional e social. A burguesia, seu Estado, suas instituições, seus partidos, nos levaram a esse extremo de submissão e rendição que afunda o país. Não devem continuar governando, devem ser expulsos do poder.

É necessário desconhecer todos os acordos e imposições dos EUA. Fora da Argentina! Não à agressão militar contra a Venezuela e o Panamá! Não às sanções contra o Brasil! Não à extensão da OTAN! Fora da América Latina!

Com essas bandeiras também intervimos na campanha eleitoral.

(Extraído do Jornal Massas, nº 489, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



França

Grandes manifestações de setembro indicam a vigência da luta de classes



Duas grandes manifestações aconteceram na França durante o mês de setembro. A primeira no dia 10 e a segunda no dia 18. A primeira foi praticamente autoconvocada pelos movimentos populares, com algum apoio sindical, sob a consigna de “Bloquons tout (Bloqueie Tudo)”; a segunda convocada pelas centrais sindicais.

No dia 10, 250.000 pessoas em toda a França, segundo a CGT, se mobilizaram como parte do movimento “Bloqueie Tudo”. Foram registradas 812 ações, incluindo 550 manifestações e 262 bloqueios, informou o próprio governo. 700 sindicatos de trabalhadores convocaram greves, incluindo professores, funcionários públicos, trabalhadores dos transportes, trabalhadores do setor de energia e outros setores. Estudantes do ensino médio e universitários foram às ruas. Cidades grandes e pequenas foram palcos de mobilizações, como Nantes, Montpellier, Lyon, Paris, Marselha e Rennes. Todos os registros da imprensa destacaram a extrema combatividade dos manifestantes, que de fato tentaram “bloquear tudo” recorrendo a barricadas, queima de pneus e outros meios. O resultado se expressou nas 473 pessoas presas e 339 levadas sob a custódia. Para reprimir os protestos, o Estado francês mobilizou 800 mil policiais e gendarmes.

Muitos relatos enfatizaram a grande presença de jovens. Jornais franceses dão conta que cerca de 100 escolas de ensino médio interromperam as aulas, incluindo 27 completamente bloqueadas, principalmente em Paris, Montpellier, Rennes e Lille. Segundo a Union Syndicale Lycée, ações foram realizadas em 150 escolas de ensino médio de um total de 3.700 estabelecimentos na França. Protestos estudantis também se registraram em Paris, Rennes, Grenoble, Montpellier, Toulouse, Lyon, Mulhouse e Nice, de acordo com a União dos Estudantes e a UNEF.

Da mesma forma, no dia 18 de setembro, manifestantes se reuniram desde cedo por toda a França, incluindo Paris, para montar bloqueios em ruas e rodovias. Diversas atrações turísticas, como o Arco do Triunfo e o Louvre em Paris, bem como algumas estações de metrô, foram fechadas ou parcialmente abertas como resultado da greve. Com a previsão de adesão à greve de um terço dos professores, muitas escolas também foram fechadas. Alguns comércios e a maioria das farmácias não estavam funcionando. Em Paris, manifestantes entraram em confronto com a polícia, enquanto autoridades tentavam desobstruir barricadas. Na cidade de Chambéry, dezenas de pessoas deliberadamente andaram em suas bicicletas pelas ruas para atrapalhar o trânsito.

Os protestos e a greve foram organizados por vários sindicatos e pelas centrais sindicais e mobilizaram mais de 1

milhão de pessoas, segundo os organizadores. Estudantes em Paris, Marselha e Rennes, no noroeste, também participaram e bloquearam as entradas das escolas. Alguns exibiam faixas com os dizeres: “Taxem os ricos”. Por todo o país, bandeiras palestinas eram visíveis, enquanto manifestantes também se solidarizavam com os palestinos. Manifestantes bloquearam a fábrica de armas Eurolinks em Marselha, que fornece equipamentos a Israel, enquanto seguravam uma grande faixa com os dizeres: “Fechem a fábrica genocida”. Autoridades relataram 181 prisões.

Na base da indignação generalizada que mobilizou os franceses, estão os ataques às condições de existência da maioria do povo como consequência das medidas de “ajuste” implementadas pelo governo de Macron. O estopim do movimento foi o anúncio dos cortes no orçamento feitos pelo primeiro ministro François Bayrou, que perdeu o cargo poucos dias antes da primeira manifestação. Ele propôs inicialmente os cortes em julho, para combater o que chamou de um fardo da dívida “com risco de vida” na França. Pretende cortar os gastos públicos em 44 bilhões de euros (US\$ 52 bilhões) até 2026. As medidas de Bayrou incluíam congelamento de pensões, maiores custos com saúde e a eliminação de dois feriados para gerar mais atividade econômica. Ao mesmo tempo, os gastos militares foram poupados na proposta, pois foram generosamente alocados € 6,5 bilhões para os próximos dois anos, a serem financiados pelos cortes propostos em outras áreas. Quer dizer, depois de todos os ataques – como foi o da reforma na previdência imposta pelo Macron em 2023 – que as massas suportam, novas agressões serão descarregadas nas costas dos trabalhadores e da juventude para continuar sustentando o parasitismo capitalista e o declínio dessa potência.

As reivindicações dos manifestantes e dos sindicatos se centram no ataque ao governo, pela destituição do Macron, mas, incluíam a reclamação pela recuperação de direitos usurpados, a defesa dos migrantes e denuncia da crescente xenofobia fascizante, assim como a defesa dos palestinos contra o genocídio perpetrado pelo estado sionista de Israel.





Esta monumental mobilização coincide com o agravamento da crise política do governo que não tem maioria na Assembleia Nacional. Na melhor das hipóteses, conta apenas com 215 assentos dos 577, por isso a “base comum” de Macron precisa do apoio de um ou mais partidos de oposição. Mas neste Parlamento completamente fragmentado – segundo jornais franceses –, todos estão desesperados para não cometer suicídio político antes da próxima eleição. O Reagrupamento Nacional (RN) de Marine Le Pen, que é o maior partido da Assembleia com 123 assentos, e o chamado Partido Socialista de “centro-esquerda” salvaram o governo no início deste ano, quando se abstiveram na moção de desconfiança apresentada contra Bayrou. Mas agora eles não desejam assumir a culpa por seu brutal programa de austeridade. Da mesma forma, o partido de esquerda de Jean-Luc Mélenchon, A França Insubmissa (LFI), com seus 72 assentos, rejeitou qualquer acordo com o governo e pediu a Macron que renunciasse à presidência.

Entretanto, como representantes da burguesia, esses partidos não podem escapar das “responsabilidades” impostas pela crise econômica a estes agentes da classe exploradora. O capitalismo francês está enfrentando uma avalanche de dívidas. O estado deve € 3,5 trilhões, 113% do PIB francês. O seu déficit orçamentário é quase o dobro do limite de 3% formalmente fixado pela UE. Só este ano, estima-se que gastará cerca de 66 bilhões de euros apenas para pagar os juros desta dívida. Para se ter uma ideia, o orçamento nacional de educação do ano passado foi de € 65 bilhões! A burguesia não pode mais arcar com o padrão de vida que as massas alcançaram no período de pós-guerra. Por isso exige décadas de austeridade, ou como disse o chanceler alemão Merz: “O estado de bem-estar social como o conhecemos hoje não pode mais ser financiado pelo que produzimos em nossa economia; não podemos manter o padrão de vida do passado.”

Estas manifestações indicam que continua vigente a tendência das massas a se insurgirem contra o esmagamento de suas condições de existência – fenômeno que ocorre em várias partes do planeta – e, no caso deste país imperialista, questiona a política do Estado, que sacrifica a vida dos trabalhadores franceses para sustentar o parasitismo da burguesia decadente e promover o militarismo, ameaçando levar a um generalizado enfrentamento bélico de proporções mundiais. E o questionam utilizando-se dos métodos da luta de classes, apesar de suas direções fazerem de tudo para bloquear um ascenso maior das lutas.

As centrais sindicais, nas manifestações, primeiro manobram para chamar uma mobilização em data diferente da que estava sendo convocada pelos movimentos populares; depois do dia 18, deram um “ultimato” ao governo, segundo o qual, se até o dia 24 de setembro não houver resposta às reivindicações, as organizações sindicais poderiam organizar outra greve e manifestações. Ora, o que isso significa? Ao invés de aproveitar a combatividade das manifestações de 10 e 18 de setembro para escalar a luta, suspenderam o movimento e o sujeitaram à vontade do governo

Macron de renunciar à sua política reacionária. Na verdade, as centrais sindicais receiam perder o controle das mobilizações. O suposto “ultimato” é só um pretexto para adiar a próxima mobilização o mais pra frente possível.

No dia 24, segundo o site Rappports de force, diante da resposta negativa do novo primeiro ministro Sébastien Lecornu, as oito organizações que compõem a intersindical estão convocando conjuntamente um dia de greves e manifestações em todo o país em 2 de outubro.

Ressalta de modo dramático a ausência da direção mundial do proletariado que oriente no sentido de unificar todas as lutas e direcioná-las para a tomada do poder, derrubar a burguesia e implantar um governo operário revolucionário, deslocando dessa forma o curso dos choques interimperialistas que ameaça afundar a humanidade na destruição total. Não há dúvidas de que essa é a única alternativa à guerra generalizada.



LANÇAMENTO FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta
Internacional sobre a organização
revolucionária da juventude



POR

REVOLUÇÃO

MASSAS

REVOLUÇÃO

**Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:**

R\$ 5,00



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Iniciamos no Jornal Massas 743 o estudo da Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. No Massas seguinte, expusemos os capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a constru-

ção socialista”. No Massas seguinte, demos continuidade com o capítulo V “A indústria do Estado e a edificação do socialismo”. No Massas 746, fizemos a exposição do capítulo VI “Os Sovietes”. No Massas 747, tratamos do capítulo VII “A Questão Nacional”. No Massas 748, demos continuidade à apresentação de Plataforma da Esquerda Unificada de 1927, expondo o capítulo VIII

sobre a importância histórica do partido leninista, não só para a tomada do poder como para levar adiante o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Agora, veremos os capítulos IX, “A Liga da Juventude Comunista” e X, “Nossa situação internacional e o perigo da guerra”.

“A Liga da Juventude Comunista”

Esse capítulo guarda íntima relação com o capítulo VIII, O Partido. Trata-se da composição social da juventude comunista. De forma que limitaremos à exposição de algumas passagens.

A crítica da Plataforma vincula o reconhecimento de que havia se deteriorado a composição social tendo havido a redução da presença e da influência da juventude operária com o fato da educação internacional dos jovens operários ter sido relegada a segundo plano. Assim ocorria devido à orientação burocrática da direção estalinista. A consequência era de que a “Liga da Juventude Comunista estava se tornando uma das fontes de dissolução do partido com os componentes pequeno-burgueses”.

A Plataforma apresenta uma resolução com doze pontos. Envolvem questões como educação dos jovens operários e condições de trabalho, aumento da rede de escolas industriais, fortalecimento da juventude camponesa pobre em contraposição ao camponês rico, vinculação do trabalho cultural e educacional da Liga com “a vida política geral do partido, dos soviets, dos sindicatos e das cooperativas” etc.

Destacamos os seguintes aspectos: ponto 8, “Proletarizar os quadros dirigentes dos órgãos da juventude comunista encarregando sistemática e resolutamente dos postos de direção os assalariados e pobres. Decidir que nos grandes centros proletários os Comitês de província e o setor da Liga e as executivas desses Comitês constem de uma esmagadora maioria de operários industriais, e que esses últimos sejam encarregados realmente da direção”. Ponto 9, “Travar uma luta séria contra o burocratismo da Liga. Diminuir resolutamente o funcionalismo pago, reduzindo ao mínimo imprescindível. Realizar pelo menos a metade, e nos centros industriais a três quartas partes do trabalho da Liga mediante os esforços gratuitos de seus membros, e incentivar cada vez mais em maior número, que os membros anônimos das federações se encarreguem da tarefa da organização central”. Ponto 11, “Acabar com o regime nocivo de ditar as ordens de cima, o regime falso e ignorante de recomendar sem conhecimento de causa a hostilização à Oposição. Introduzir

em seu lugar o estudo sério do marxismo e do leninismo sobre a base do julgamento vivo, do intercâmbio cordial de opiniões e de uma aquisição real, não fictícia do conhecimento”.

“Nossa situação internacional e o perigo da guerra”

O capítulo X, que trata do choque entre o novo regime social constituído pela revolução proletária e o velho sistema capitalista está dividido em quatro partes: “A situação da União Soviética no cenário mundial”; “A derrota da revolução chinesa e suas causas”; “A estabilização parcial do capitalismo e a tática da Internacional Comunista”; “Conclusão”. Seguiremos a exposição de acordo com essa divisão.

“A situação da União Soviética no cenário mundial”

A possibilidade de o imperialismo provocar uma guerra contra a URSS estava vigente, o que exigia uma compreensão e uma preparação para a defesa das conquistas revolucionárias. Os sinais do perigo de uma tal conflagração se manifestavam e tornou à disputa pelos mercados como “um problema premente para todos os países importantes”. O imperialismo necessitava romper o “monopólio do comércio exterior”, que se levantava como uma barreira protetora da economia soviética. A derrota da revolução chinesa e, em seguida, a da greve geral inglesa alimentavam a esperança do imperialismo em conseguir “afundar a União Soviética”. Nesse sentido, tinha muita importância o rompimento das relações diplomáticas da Inglaterra com a União Soviética. Naquele momento, o imperialismo inglês constituía o maior perigo de uma guerra. Contaria, certamente, com o apoio da Alemanha e Japão. Os Estados Unidos desempenhariam um papel de ‘retaguarda imperialista’.

A Oposição avaliava que nessas condições o imperialismo norte-americano se destacava como “a única nação que poderia garantir o financiamento de uma guerra contra a União Soviética”. Baseado nesse diagnóstico, a Plataforma indica a seguinte orientação: “Nossa tarefa é explicar claramente às massas dos povos do mundo inteiro que essa será uma guerra de imperialistas e exploradores do trabalho contra o primeiro Estado operário e a primeira ditadura proletária – uma guerra do capitalismo contra o socialismo. Nessa guerra, a burguesia imperialista combaterá essencialmente por conservar o sistema capitalista da escravização pelo salário. A União Soviética lutará pelos interesses do proletariado internacional, dos países coloniais, semicoloniais e escravizados, pela revolução e pelo socialismo internacional”.

A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Proletária de Outubro de 1917 guardaram profunda interdependência, de forma que a vitória do proletariado e a constituição do Estado soviético abriram caminho para enfrentar a dominação mundial imperialista. Nesse marco, o bolchevismo elaborou a concepção marxista das guerras na época imperialista do capitalismo. Na possibilidade da Inglaterra avançar militarmente contra a URSS, a Plataforma da Oposição recorre às elaborações já estabelecidas. Mas, a novidade estava em que se tratava de uma guerra do imperialismo contra a transição do capitalismo ao socialismo. Nesse sentido, a Oposição, liderada por Trotsky, encarna a teoria marxista-leninista sobre as guerras. Nesse sentido, transcrevemos os pontos levantados na Plataforma:

“1) Luta contra a guerra dos imperialistas ao Estado operário e à ditadura proletária; 2) transformação da guerra imperialista em guerra civil em todos os Estados que ataquem a União Soviética; 3) derrota de todos os Estados burgueses

que façam guerra à União Soviética. Todo proletário consciente dos países capitalistas deve trabalhar ativamente pela derrota de ‘seu’ governo; 4) incorporação ao exército vermelho de todo soldado estrangeiro que não queira ajudar os exploradores de ‘seu’ país. A União Soviética é a pátria de todos os operários; 5) a bandeira ‘defesa da pátria’ será um falso disfarce dos interesses do imperialismo em todos os países burgueses, exceto nos países coloniais e semicoloniais, que leva a cabo uma guerra revolucionária nacional contra os imperialistas. Na União Soviética, a bandeira ‘defesa da pátria’ será verdadeira, porque defendemos uma pátria socialista e as bases do movimento operário internacional; 6) somos ‘defensores da pátria’ desde 25 de outubro de 1917. Nossa guerra ‘patriótica’ será uma guerra ‘pela república soviética como regimento do exército internacional do socialismo’. ‘Nossa guerra patriótica’ não é um passo no sentido de um Estado burguês, mas um passo a uma revolução socialista internacional’. (Lênin). Nossa defesa da pátria é a defesa da ditadura proletária. Nossa guerra será uma guerra travada pelos operários e assalariados agrícolas com o apoio dos camponeses pobres e da aliança dos camponeses médios contra ‘seus’ kulaks, contra a nova burguesia, os burocratas (...) e os emigrados brancos. Nossa guerra será uma guerra realmente justa. Todo aquele que não seja um defensor da União Soviética é um traidor incondicional ao proletariado do mundo inteiro”.

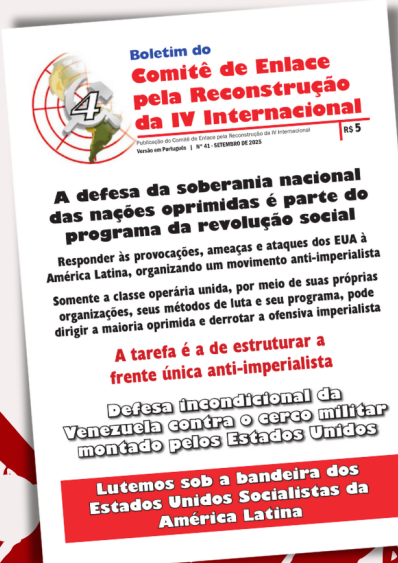
Observação: No próximo jornal *Massas* concluiremos essa parte da Plataforma.

(As citações foram extraídas “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)

 **POR**
PARTIDO OBRERO
REVOLUCIONARIO

BOLETIM
CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
N° 41 | SETEMBRO DE 2025

A defesa da soberania nacional das nações oprimidas é parte do programa da revolução social

Responder às provocações, ameaças e ataques dos EUA à América Latina, organizando um movimento anti-imperialista

Somente a classe operária unida, por meio de suas próprias organizações, seus métodos de luta e seu programa, pode dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofensiva imperialista

A tarefa é a de estruturar a frente única anti-imperialista

Defesa incondicional da Venezuela contra o cerco militar montado pelos Estados Unidos

Lutemos sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina

Versão em Português
N° 41 | SETEMBRO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

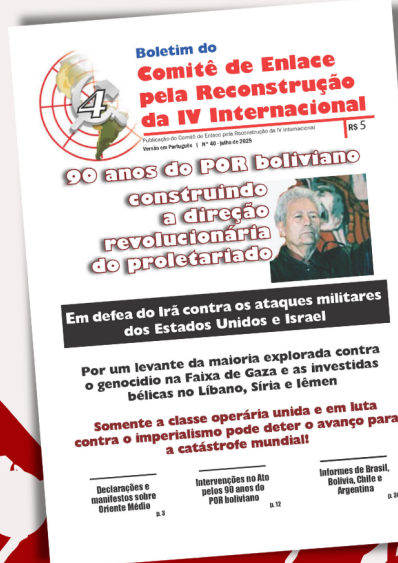
R\$ 5

☎ (11) 9 5446-2020
 @massas.por
 @massas.org
 por@pormassas.org

 **POR**
PARTIDO OBRERO
REVOLUCIONARIO

BOLETIM
CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
N° 40 | JULHO DE 2025

90 anos do POR boliviano construindo a direção revolucionária do proletariado

Em defesa do Irã contra os ataques militares dos Estados Unidos e Israel

Por um levante da maioria explorada contra o genocídio na Faixa de Gaza e as investidas bélicas no Líbano, Síria e Iêmen

Somente a classe operária unida e em luta contra o imperialismo pode deter o avanço para a catástrofe mundial!

Declarações e manifestos sobre Oriente Médio p. 3
 Intervenções no dia 10 de maio do POR boliviano p. 12
 Informes do Brasil, Bolívia, Chile e Argentina p. 18

Versão em Português
N° 40 | JULHO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

☎ (11) 9 5446-2020
 @massas.por
 @massas.org
 por@pormassas.org